

Consolidação de Contas

Relatório de Atividades
e de Gestão



 matosinhos



Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Balanço Consolidado
3. Demonstração de Resultados Consolidada
4. Demonstração do Património Líquido Consolidada
5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada
6. Demonstrações Orçamentais
 - 6.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - 6.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
7. Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas
8. Certificação Legal de Contas

Consolidação de Contas

1

Relatório de Gestão Consolidado



1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o Município de Matosinhos procedeu à criação de duas empresas municipais para a prossecução das suas atribuições e competências. A primeira, constituída em 1999, foi a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, cujo objeto social sob a tutela da autarquia se centrava na gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e habitações do património do Município. Posteriormente, em 2002, foi fundada a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., com a finalidade de assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, além de impulsionar atividades de animação desportiva e programas locais de fomento da prática desportiva.

Num momento mais recente, em 2021, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, concretizou-se a intermunicipalização definitiva da exploração, pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), do serviço público de transporte de passageiros na área metropolitana do Porto, diploma que, entre outras medidas, determinou a transferência integral do capital social da STCP do Estado para os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. Em consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019 e da transmissão das respetivas ações, a STCP deixou de integrar o setor empresarial do Estado, passando a qualificar-se como empresa local, nos termos do artigo 19.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto («RJAEL»), ficando desde então sujeita ao disposto nesse Regime e às regras especiais previstas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

Neste enquadramento, em que se verifica o recurso a formas organizacionais de natureza empresarial para o exercício de atribuições e competências próprias do município, facilmente se compreende que a análise das contas individuais é insuficiente para proporcionar uma visão abrangente da situação financeira do grupo municipal. Face à necessidade de uma avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à exigência de objetividade e transparência da informação financeira, a apresentação de contas consolidadas afigura-se não apenas adequada, mas indispensável.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, consagra expressamente a obrigatoriedade da consolidação de contas. Com efeito, o n.º 1 do artigo 75.º dispõe que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

Este instrumento de gestão tem por finalidade a elaboração das demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades relacionadas entre si, tratando-as como se constituíssem uma única unidade económica, com o propósito de facultar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, e de possibilitar uma análise e avaliação integral das políticas públicas locais.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é constituído pelo município e pelas entidades por ele controladas, direta ou indiretamente, entendendo-se por controlo o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade com vista a beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo é aferida, relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e, quanto a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística, em função das circunstâncias concretas e por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o grupo autárquico integra o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais detidas a 100% — a MatosinhosHabit - MH, EM e a MS - Matosinhos Sport, EM —, bem como a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., na qual o Município de Matosinhos detém uma participação de 11,98%.

A Matosinhos Sport foi criada com a missão de assegurar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e de estimular, através dos programas municipais de fomento desportivo, a prática do desporto pela generalidade da população. Com base nesse propósito, e numa lógica de melhoria e diversificação contínua da oferta desportiva, a empresa, atualmente designada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia criteriosamente o fomento desportivo e colabora de forma ativa com a Câmara Municipal de Matosinhos no domínio do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit - MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, E.M., tem por objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social e de equipamentos coletivos do património municipal, bem como a promoção da conservação e manutenção do parque habitacional privado, designadamente através de vistorias de salubridade. A empresa é responsável pela gestão de um parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos composto por 4351 fogos, distribuídos por todas as freguesias do concelho e organizados em 52 conjuntos habitacionais.

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como atividade principal o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade no concelho do Porto e em regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto — Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia —, explorando os modos autocarro e carro elétrico.

A informação contabilística produzida individualmente por cada uma destas entidades é suficiente para revelar a respetiva situação económica e financeira, mas não permite traduzir, de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Por essa razão, impõe-se a realização da consolidação de contas, elaborada com o objetivo de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e económica do grupo municipal.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método aplicado na consolidação de contas do Município de Matosinhos foi o método de consolidação integral para as entidades detidas a 100% — MatosinhosHabit e Matosinhos Sport —, o qual se traduz na incorporação, no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante, dos elementos correspondentes dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Este método pressupõe a agregação dos diversos elementos constantes das demonstrações financeiras das empresas consolidadas nas demonstrações financeiras da empresa-mãe. Relativamente à STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos, foi adotado o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O método da equivalência patrimonial consiste, em síntese, na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das participações de capital detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Na sequência desta integração, são eliminadas todas as operações Intragrupo, isto é, as transações realizadas entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando assim a duplicação de valores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com aplicação dos requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Das entidades que integram o Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a MatosinhosHabit, E.M. adotam o SNC-AP, preparando as restantes entidades as suas demonstrações financeiras no âmbito do SNC aplicável às entidades em geral. Para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se, por esse motivo, à reclassificação das contas de SNC para SNC-AP.

No que respeita à consolidação orçamental, é possível apresentar, relativamente ao ano de 2025, demonstrações orçamentais consolidadas, dado que a MatosinhosHabit, entidade pública reclassificada (EPR) integrante do perímetro de consolidação, elabora as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. Adicionalmente, considerando que a Matosinhos Sport passou a constar da listagem de Entidades Públicas Reclassificadas publicada pelo INE em março de 2026, prevê-se que venha a integrar, oportunamente, o processo de consolidação orçamental, em conformidade com o enquadramento legal aplicável.

Por último, importa referir que o presente relatório não inclui informação de contabilidade de gestão nos termos da NCP 27, uma vez que, não obstante as entidades do grupo autárquico terem implementado a contabilidade de gestão, não foi ainda possível proceder à consolidação a esse nível, como veremos mais detalhadamente no ponto 6.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

Entre 2008 e 2023, a economia portuguesa atravessou sucessivos ciclos marcados por choques externos e processos internos de ajustamento. A crise financeira global de 2008 provocou uma forte deterioração das finanças públicas, tornando inevitável a intervenção externa entre 2011 e 2014, através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), com impactos severos na procura interna e no mercado de trabalho.

A partir de 2014, iniciou-se uma recuperação progressiva, sustentada nas exportações, no investimento e no consumo privado. O crescimento económico manteve-se até 2019, com melhorias assinaláveis nas contas públicas e nos saldos externos, acompanhadas de uma queda sustentada da taxa de desemprego, ainda que a produtividade tenha permanecido como desafio estrutural.

No final do primeiro trimestre de 2020, a crise pandémica de COVID-19 veio alterar de forma abrupta este enquadramento, consubstanciando um choque negativo de grande amplitude sobre a saúde pública mundial, com consequências igualmente adversas sobre as economias. Ainda que a resposta de política económica, tanto a nível nacional como municipal, tenha sido célere e determinada — procurando proteger o rendimento das famílias mais vulneráveis e garantir a retoma da atividade com o mínimo de interrupção —, os efeitos negativos fizeram-se sentir de forma profunda e prolongada, perturbando o ajustamento da economia portuguesa. Após a queda de 8,4% em 2020, o PIB cresceu 4,9% em 2021, com a inflação a subir para 0,9%, sobretudo por via dos preços energéticos. A escassez de bens essenciais à atividade económica e a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, vieram agravar as pressões inflacionistas e condicionar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal, induzindo o Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária através da subida das taxas de juro, com repercussões no custo de financiamento de empresas e famílias.

Em 2023, a atividade económica cresceu 2,3%, superando a média da área do euro, num contexto de procura externa mais fraca e condições financeiras mais exigentes. A inflação iniciou um ciclo de descida, o emprego continuou a crescer, com ganhos nos setores de maior remuneração, e a taxa de desemprego manteve-se próxima dos níveis de 2019. O crescimento dos salários reais traduziu-se em ganhos no rendimento disponível das famílias, enquanto o investimento prosseguiu a sua trajetória ascendente e a dívida pública e privada continuou a reduzir-se.

Em 2024, a economia portuguesa revelou resiliência, com um conjunto de indicadores globalmente positivos. O PIB cresceu cerca de 2%, impulsionado por uma aceleração da procura interna e pelo aumento das exportações, num desempenho superior à média da zona euro. As Administrações Públicas registaram um excedente orçamental, e a dívida pública manteve a trajetória descendente, reforçando a confiança dos mercados e aproximando Portugal dos patamares anteriores à crise. A inflação manteve-se em níveis controlados e o mercado de trabalho continuou dinâmico, com a taxa de desemprego a fixar-se em 6,4%.

Em 2025, a economia portuguesa manteve a trajetória de crescimento moderado, mas sustentado. De acordo com o Boletim Económico de dezembro de 2025 do Banco de Portugal, a atividade económica cresceu 2%, valor superior à média da área do euro, com o consumo privado a registar um crescimento expressivo de 3,6%, beneficiando do impacto das medidas orçamentais de reforço do rendimento das famílias. No plano orçamental, as Administrações Públicas registaram um excedente de 0,7% do PIB, superando quer as previsões do Orçamento do Estado quer o resultado do ano anterior, colocando Portugal entre os poucos Estados-membros da União Europeia com contas públicas positivas pelo terceiro ano consecutivo. A dívida pública continuou a trajetória descendente, situando-se em 89,7% do PIB, abaixo dos 93,3% inicialmente previstos, consolidando os ganhos de credibilidade financeira acumulados nos anos anteriores.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego prosseguiu o perfil descendente, situando-se em 6,1% da população ativa, refletindo a capacidade continuada de criação de emprego, especialmente em setores de maior valor acrescentado. A inflação recuou para 2,2%, em linha com a convergência para os objetivos do BCE, contribuindo para a estabilidade do poder de compra. Não obstante este desempenho globalmente favorável, persistem desafios de natureza estrutural — designadamente ao nível da produtividade, da execução do investimento público e da dependência energética externa —, cujos efeitos se projetam no horizonte de médio prazo e reclamam atenção continuada na condução das políticas públicas, incluindo ao nível local.

A análise das demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal relativas ao exercício de 2025 confirmará que o impacto deste enquadramento macroeconómico foi globalmente favorável. O crescimento das receitas próprias — com destaque para a evolução expressiva dos impostos municipais —, a contenção relativa da despesa corrente e o reforço das transferências e participações comunitárias traduziram-se num resultado líquido histórico, numa posição de liquidez reforçada e na continuação da trajetória de redução do endividamento, evidenciando a resiliência financeira do grupo autárquico num contexto ainda marcado por incertezas.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2025, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Pela análise do Balanço resumido apresentado no Quadro n.º 1, constata-se que o Ativo, o Património Líquido e o Passivo registaram crescimentos positivos face ao ano anterior. O Ativo cresceu 8,3% e o Património Líquido 6,7%, ao passo que o Passivo registou uma variação mais acentuada, na ordem dos 20,3% face a 2024, crescimento este que, como se verá adiante, é determinado essencialmente por movimentos nos diferimentos e não por um aumento do endividamento financeiro do grupo.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço individual do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso deste enquanto entidade-mãe, cuja representatividade se mantém superior a 99,8% e, como tal, continua a ser o principal responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Quadro n.º 1 Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Rubricas	2025	2024 reexpresso	Varição 2025/24	Var. % 2025/24
ATIVO				
Ativo não corrente	791 624 177,36	738 425 941,10	53 198 236,26	7,20%
Ativos fixos tangíveis	744 806 961,34	694 477 499,23	50 329 462,11	7,25%
Propriedades de investimento	5 921 363,47	5 782 897,03	138 466,44	2,39%
Ativos intangíveis	703 787,50	786 949,78	-83 162,28	-10,57%
Participações financeiras	23 343 904,36	23 114 528,84	229 375,52	0,99%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	16 213,79	16 213,79	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	34 941,51	35 448,48	-506,97	-1,43%
Diferimentos	279 021,94	102 762,60	176 259,34	171,52%
Outras contas a receber	16 517 983,45	14 109 641,35	2 408 342,10	17,07%
Ativo corrente	125 696 892,99	108 411 322,00	17 285 570,99	15,94%
Inventários	78 956,01	92 069,95	-13 113,94	-14,24%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	4 971 377,74	3 167 382,76	1 803 994,98	56,96%
Clientes, contribuintes e utentes	813 618,29	836 419,48	-22 801,19	-2,73%
Estado e outros entes públicos	97 944,11	142 428,93	-44 484,82	-31,23%
Outras contas a receber	56 194 370,10	53 078 669,55	3 115 700,55	5,87%
Diferimentos	1 162 528,40	1 296 096,08	-133 567,68	-10,31%
Caixa e depósitos	62 378 098,34	49 798 255,25	12 579 843,09	25,26%
Total Ativo	917 321 070,35	846 837 263,10	70 483 807,25	8,32%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital	481 929 055,03	481 606 555,03	322 500,00	0,07%
Reservas	5 813 656,19	4 979 894,01	833 762,18	16,74%
Resultados transitados	80 842 848,15	64 893 816,80	15 949 031,35	24,58%
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	-
Ajustamentos em ativos financeiros	-19 458 738,00	-19 340 577,30	-118 160,70	0,61%
Outras variações no património líquido	214 249 912,92	194 970 753,20	19 279 159,72	9,89%
Resultado líquido do período	30 561 500,86	17 161 554,73	13 399 946,13	78,08%
Total Património Líquido	793 938 235,15	744 271 996,47	49 666 238,68	6,67%
PASSIVO				
Passivo não corrente	57 404 278,09	56 800 460,39	603 817,70	1,06%
Provisões	7 610 075,53	9 303 758,54	-1 693 683,01	-18,20%
Financiamentos obtidos	31 779 823,28	33 325 383,31	-1 545 560,03	-4,64%
Diferimentos	18 009 066,95	14 166 006,21	3 843 060,74	27,13%
Outras contas a pagar	5 312,33	5 312,33	0,00	0,00%
Passivo corrente	65 978 557,11	45 764 806,24	20 213 750,87	44,17%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	803 236,03	10 595,00	792 641,03	7481,27%
Fornecedores	3 810 189,40	3 862 169,64	-51 980,24	-1,35%
Estado e outros entes públicos	1 026 734,18	139 720,26	887 013,92	634,85%
Financiamentos obtidos	5 562 999,84	6 848 092,22	-1 285 092,38	-18,77%
Fornecedores de investimentos	589 779,75	866 208,60	-276 428,85	-31,91%
Outras contas a pagar	19 079 822,34	16 512 403,37	2 567 418,97	15,55%
Diferimentos	35 105 795,57	17 525 617,15	17 580 178,42	100,31%
Total Passivo	123 382 835,20	102 565 266,63	20 817 568,57	20,30%
Total Património Líquido e Passivo	917 321 070,35	846 837 263,10	70 483 807,25	8,32%

Em 2025, o **Ativo** das contas consolidadas do Município de Matosinhos registou um aumento de 70,5 milhões de euros face ao ano anterior (+8,32%), atingindo os 917,3 milhões de euros. Do total do ativo, 86,3% constitui o ativo não corrente e 13,7% o ativo corrente, estrutura ligeiramente distinta da registada em 2024 (em que 87,2% do ativo era constituído por ativo não corrente e 12,8% o ativo corrente), refletindo um crescimento proporcionalmente mais expressivo do ativo corrente, em especial das disponibilidades.

Os **ativos fixos tangíveis** representam 81,2% do total do ativo, tendo registado um aumento de 50,3 milhões de euros face a 2024 (+7,25%). Este crescimento deve-se, em grande parte, aos investimentos realizados ao nível da habitação social, edifícios municipais, Corredor Verde do Leça e arruamentos e obras complementares — refletindo a aceleração do investimento público municipal que, em termos orçamentais, ascendeu a 68,6 milhões de euros em aquisição de bens de capital, um crescimento de 50,9% face ao ano anterior —, sendo que a variação ocorrida é essencialmente ao nível dos ativos fixos tangíveis em curso.

As **propriedades de investimento** registaram um crescimento mais moderado, de 138,5 mil euros (+2,39%), mantendo uma representatividade residual no conjunto do ativo não corrente. Entre elas encontram-se ativos como o Centro de Inovação de Matosinhos, o Parque de Campismo de Angeiras e a Casa de Chá da Boa Nova, que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, conforme detalhado no ADFC.

Ao nível das **participações financeiras**, regista-se uma variação positiva de 229,4 mil euros (+0,99%), que se fica a dever aos ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre as participações detidas na MatosinhosHabit, EM, na MS — Matosinhos Sport, EM e na STCP — Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., em função dos respetivos resultados, tal como vem expresso na nota 18.4 do ADFC. O crescimento mais contido face ao ano anterior reflete uma estabilização do desempenho conjunto destas entidades.

Ainda no que se refere aos **ativos não correntes**, as outras contas a receber (dívidas de terceiros de médio e longo prazo) registaram um aumento de 2,4 milhões de euros (+17,07%), continuando a refletir os efeitos do contrato de concessão de utilização privativa do domínio público para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, outorgado em julho de 2024, e acrescendo agora também as rendas futuras decorrentes do novo contrato de concessão para instalação, manutenção e exploração de publicidade em suportes publicitários de médio e grande formato, outorgado em julho de 2025.

No que respeita ao **ativo corrente**, cujo crescimento total foi de 17,3 milhões de euros (+15,94%), destaca-se desde logo o aumento das disponibilidades — caixa e depósitos —, que passaram de 49,8 milhões de euros em 2024 para 62,4 milhões de euros em 2025, um acréscimo de 12,6 milhões de euros (+25,26%), diretamente correlacionado com o reforço do saldo de gerência transitado para 2026, que será analisado mais aprofundadamente no ponto 5. As outras contas a receber de curto prazo cresceram 3,1 milhões de euros (+5,87%), justificado essencialmente pelo acréscimo dos impostos diretos a receber — em linha com o crescimento expressivo de 24,1% do IMT e 24,1% da derrama verificados no Município — e pelas restituições a processar em 2026 relativas a gastos de 2025, designadamente pela Matosinhos Sport e pelos acertos das obrigações de serviço público (OSP) com a STCP. Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registaram um aumento de 1,8 milhões de euros (+56,96%), refletindo o acréscimo de transferências a receber, nomeadamente no âmbito de programas de financiamento europeu, cuja comparticipação comunitária global cresceu 326% face ao período homólogo. Em sentido contrário, os inventários, os clientes, contribuintes e utentes, e o Estado e outros entes públicos registaram ligeiras reduções, sem expressão material na estrutura global do ativo.

Em relação ao **Passivo**, as contas consolidadas do Município fecharam 2025 com um valor de 123,4 milhões de euros, constituído em 46,5% por passivo não corrente e em 53,5% por passivo corrente, o que representa um aumento de 20,3% face ao ano anterior, equivalente a uma variação absoluta de 20,8 milhões de euros. Este aumento é determinado, de forma muito expressiva, pelo crescimento dos diferimentos, quer no passivo corrente — que praticamente duplicaram, de 17,5 milhões de euros para 35,1 milhões de euros (+100,31%) —, quer no passivo não corrente, que cresceram 3,8 milhões de euros (+27,13%). Este movimento resulta de dois fatores principais: por um lado, o registo contabilístico de adiantamentos do PRR destinados a financiar investimentos de construção e reabilitação de conjuntos habitacionais; por outro, o reconhecimento dos rendimentos a reconhecer associados ao novo contrato de concessão de utilização privativa do domínio público para instalação, manutenção e exploração de publicidade em suportes publicitários de médio e grande formato, outorgado em julho de 2025, que acresce aos diferimentos já registados em 2024 referentes ao contrato de concessão em mobiliário urbano.

O **passivo não corrente** registou apenas um crescimento marginal de 603,8 mil euros (+1,06%), resultado de movimentos de sentido contrário: a redução das provisões em 1,7 milhões de euros (-18,20%) — decorrente da reapreciação dos processos judiciais em curso pelo Departamento Jurídico e da reavaliação do risco de decisões desfavoráveis ao Município — e a redução dos financiamentos obtidos em 1,5 milhões de euros (-4,64%), que traduz a continuação da trajetória de desalavancagem do grupo municipal. Esta diminuição da dívida financeira resulta da conjugação das amortizações de capital de empréstimos contratados em anos anteriores, incluindo amortizações extraordinárias decorrentes do aumento do financiamento comunitário, com a utilização parcial de empréstimos em curso.

Ao nível dos financiamentos obtidos no **passivo corrente**, verificou-se igualmente uma redução de 1,3 milhões de euros (-18,77%), pelo que, em termos globais, a dívida financeira do grupo municipal — corrente e não corrente — prosseguiu a sua trajetória descendente, o que constitui um sinal positivo de consolidação da estrutura financeira do grupo.

O **Património Líquido** do grupo autárquico totaliza, no final de 2025, 793,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 49,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior (+6,67%), constituindo o valor mais elevado de sempre registado nas contas consolidadas do Município de Matosinhos. Este crescimento resulta de vários fatores convergentes: em primeiro lugar, o resultado líquido do período apurado em 2025 ascendeu a 30,6 milhões de euros, superando em 13,4 milhões de euros o resultado de 2024 (+78,08%), em linha com o desempenho da entidade-mãe, cujo resultado líquido individual cresceu 86,1%, impulsionado por rendimentos totais de 204 milhões de euros para um nível de gastos de 173 milhões de euros; em segundo lugar, os resultados transitados cresceram 15,9 milhões de euros (+24,58%), refletindo a incorporação do resultado líquido de 2024, de acordo com o deliberado pelos órgãos colegiais; em terceiro lugar, as outras variações no património líquido registaram um aumento de 19,3 milhões de euros (+9,89%), decorrente da reclassificação de subsídios de capital considerados não reversíveis, transferidos para a conta 59.3, assente no entendimento técnico de que tais subsídios se consolidam definitivamente na esfera patrimonial da autarquia, tal como se encontra evidenciado no mapa 23.7 do ADFC. De notar que os valores de 2024 apresentados no quadro foram objeto de reexpressão, decorrente da correção de um erro contabilístico relativo ao excedente de revalorização do terreno do Antigo Horto Municipal, reconhecido em 2024 pelo valor de 6.971.250,00 euros e que se veio a concluir não dever ter ocorrido, tendo-se procedido à respetiva correção retrospectiva nos termos da NCP 4.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

O resultado líquido ascende a cerca de 30,6 milhões de euros, 13,4 milhões mais elevado do que o registado no período homólogo (+78,1%), constituindo o resultado mais expressivo de sempre nas contas consolidadas do grupo municipal. Os rendimentos em 2025 cifraram-se em cerca de 211 milhões de euros para um nível de gastos de aproximadamente 180 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 17,1% nos rendimentos e de 10,7% nos gastos.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Rubricas	2025	2024	Varição 2025/24	Var. % 2025/24
Impostos, contribuições e taxas	109 255 054,03	88 322 951,24	20 932 102,79	23,7%
Vendas	35 528,63	35 962,90	-434,27	-1,2%
Prestações de serviços e concessões	28 949 195,23	25 468 234,68	3 480 960,55	13,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	55 888 202,06	50 852 216,63	5 035 985,43	9,9%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	7 782,02	-7 782,02	-100,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	347 536,22	10 028,61	337 507,61	3365,4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 648 794,46	-1 342 292,69	-306 501,77	22,8%
Fornecimentos e serviços externos	-56 421 593,67	-52 512 319,33	-3 909 274,34	7,4%
Gastos com pessoal	-60 920 385,05	-55 302 810,69	-5 617 574,36	10,2%
Transferências e subsídios concedidos	-26 834 887,29	-21 592 942,01	-5 241 945,28	24,3%
Prestações sociais	0,00	0,00	0,00	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-4 956,21	-509,22	-4 446,99	873,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-2 174 098,24	-295 203,45	-1 878 894,79	636,5%
Provisões (aumentos/reduções)	1 693 683,01	2 791 814,01	-1 098 131,00	-39,3%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos/redução de justo valor	-506,97	-281,54	-225,43	
Outros rendimentos	14 109 000,86	11 977 288,06	2 131 712,80	17,8%
Outros gastos	-8 058 111,26	-7 683 638,51	-374 472,75	4,9%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	54 214 866,89	40 736 280,71	13 478 586,18	33,1%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-22 974 258,95	-22 212 459,77	-761 799,18	3,4%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	31 240 607,94	18 523 820,94	12 716 787,00	68,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	717 848,82	746 146,10	-28 297,28	-3,8%
Juros e gastos similares suportados	-1 385 400,98	-2 083 019,95	697 618,97	-33,5%
Resultado antes de impostos	30 573 055,78	17 186 947,09	13 386 108,69	77,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-11 554,92	-25 392,36	13 837,44	-54,5%
Resultado líquido do período	30 561 500,86	17 161 554,73	13 399 946,13	78,1%

Pela análise do Quadro n.º 2, podemos verificar que se assistiu a um aumento de 30,8 milhões de euros dos rendimentos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os gastos, embora em menor escala: o aumento foi de sensivelmente 17,4 milhões de euros. Esta assimetria entre o crescimento dos rendimentos e o dos gastos é a principal explicação para o resultado líquido do período, quase o dobro do apurado em 2024.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (33,8%), os fornecimentos e serviços externos (31,3%) e as transferências e subsídios concedidos (14,9%). Só estas três rubricas são responsáveis por cerca de 80% do total de gastos operacionais. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 92,6% do total de gastos operacionais em 2025. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Os gastos com pessoal registaram um aumento de 10,2% (+5,6 milhões de euros), em linha com o que já havia sucedido no ano transato, justificado pela atualização dos vencimentos dos funcionários públicos, pelas alterações de posicionamento remuneratório, pelas mobilidades intercategorias e intercarreiras decorrentes de disposições legais, pela delegação de competências no âmbito da descentralização administrativa e por novas admissões.

Os fornecimentos e serviços externos cresceram 7,4% (+3,9 milhões de euros), crescimento mais moderado do que o registado em 2024, refletindo essencialmente o aumento dos custos com serviços destinados à realização de atividades e eventos municipais — com destaque para as atividades desenvolvidas no âmbito do PAOITI, financiadas pelo PRR —, os serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a conservação e reparação de ativos fixos, os trabalhos especializados como projetos e serviços de informática, e as comissões de cobrança de impostos e taxas.

As transferências e subsídios concedidos registaram um aumento mais acentuado, de 24,3% (+5,2 milhões de euros), refletindo o reforço dos apoios a entidades da rede social, os subsídios no âmbito do associativismo desportivo, as transferências para as freguesias ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências e os encargos com as obrigações de serviço público no âmbito do contrato de concessão com a STCP.

As depreciações e amortizações do exercício registaram um ligeiro aumento face ao ano anterior, atingindo os 23 milhões de euros (+3,4%), em linha com o crescimento do investimento público e a incorporação de novos ativos na base depreciable do grupo.

A rubrica de imparidade de dívidas a receber registou um aumento expressivo de 636,5% (+1,9 milhões de euros), cujo detalhe se encontra nas Notas 9 (Clientes, contribuintes e utentes) e 13/14 (Rendimentos) do ADFC. Em sentido contrário, as provisões registaram uma redução de 39,3% (-1,1 milhões de euros), traduzindo um desagravamento de responsabilidades estimadas, decorrente da reapreciação dos processos judiciais em curso pelo Departamento Jurídico e do ajustamento do risco associado à probabilidade de decisões desfavoráveis ao grupo municipal.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas, que representa cerca de 51,8% dos rendimentos totais, assistiu-se a um crescimento assinalável de 23,7% (+20,9 milhões de euros) face a 2024. Este crescimento foi impulsionado de forma muito expressiva pelo imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), que cresceu 46% face ao ano anterior, representando um acréscimo de receita de quase 13 milhões de euros, e pelo imposto municipal sobre imóveis (IMI) e pela derrama, que também registaram crescimentos positivos, ainda que mais moderados. As taxas, multas e outras penalidades contribuíram igualmente para este resultado, em linha com o aumento da atividade municipal, sobretudo no que se refere às taxas urbanísticas.

No que concerne à rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 26,5% dos rendimentos totais, há que sublinhar o seu crescimento de 9,9% (+5 milhões de euros), justificado pelo incremento das transferências do Orçamento do Estado — designadamente a compensação prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, a participação no IRS, o Fundo Social Municipal e as transferências de competências no âmbito da educação e ação social — e pelo reforço das comparticipações comunitárias no âmbito de projetos financiados por fundos europeus.

A rubrica de prestações de serviços e concessões cresceu 13,7% (+3,5 milhões de euros), atingindo os 28,9 milhões de euros e representando 13,7% dos rendimentos totais, refletindo o aumento das receitas decorrentes da exploração de equipamentos e serviços municipais (TRSU).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totalizou 14,1 milhões de euros, registando um crescimento de 17,8% face ao ano anterior (+2,1 milhões de euros), que resulta, entre outros fatores, do registo de correções relativas a períodos anteriores ao nível dos impostos diretos e de outros ganhos não recorrentes.

Ao nível dos resultados financeiros, destaca-se a redução dos juros e gastos similares suportados em 33,5% (-697,6 mil euros), em linha com a trajetória de desalavancagem do grupo municipal e com a redução da dívida financeira já analisada no balanço. Os juros obtidos mantiveram-se em níveis semelhantes aos de 2024 (717,8 mil euros), beneficiando das condições de remuneração dos depósitos bancários, não obstante a descida das taxas de juro do BCE ao longo do exercício. O imposto sobre o rendimento do período registou uma redução de 54,5% face a 2024, fixando-se em 11,6 mil euros, valor residual face à dimensão do grupo, reflexo da natureza maioritariamente pública e não lucrativa das entidades que o integram.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O volume de investimentos a realizar, por um lado, e o nível de receitas arrecadadas, por outro, são, por definição, duas variáveis que condicionam e determinam o recurso ao endividamento autárquico.

Efetivamente, embora o recurso ao financiamento bancário se tenha vindo a revelar uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal, haverá que ter sempre em consideração que o mesmo acarreta igualmente despesa ao nível do serviço da dívida. Neste contexto, é de assinalar com particular relevo que em 2025 se verificou a mais significativa redução da dívida dos últimos anos em análise. A utilização de empréstimos de médio e longo prazo cifrou-se em apenas 1,7 milhões de euros — valor substancialmente inferior ao registado em anos anteriores —, correspondente a empréstimos contratados em exercícios precedentes e ainda em curso de utilização, não tendo sido contratados novos empréstimos com utilização de capital no exercício, com exceção de um empréstimo de longo prazo no valor de 10,5 milhões de euros destinado a financiar a construção de 72 fogos na Rua Conde Alto Mearim, sem qualquer utilização de capital no ano da contratação. Em sentido contrário, as amortizações do período ascenderam a 4,5 milhões de euros, das quais 1,1 milhões de euros correspondem a amortizações extraordinárias decorrentes do aumento do financiamento comunitário de investimentos inseridos nos empréstimos.

Em resultado destes movimentos, a dívida decorrente de empréstimos bancários de médio e longo prazo reduziu-se em 2,8 milhões de euros — decréscimo de 7,0% —, passando de 40.173.475,53 euros no final de 2024 para 37.342.823,12 euros no final de 2025. Trata-se da maior redução percentual do stock de dívida registada no período em análise, consolidando e acelerando a trajetória descendente iniciada em 2023 e confirmando o compromisso do grupo municipal com a sustentabilidade financeira e a redução progressiva do endividamento.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	35 252 270,06	41 933 289,80	42 773 986,65	40 474 901,28	40 173 475,53
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	11 536 689,13	3 728 912,25	4 162 902,15	5 813 920,18	1 652 224,84
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4 855 669,39	2 888 215,40	6 461 987,52	6 015 817,78	4 482 877,25
5 - Montantes vencidos e não pagos até 31/dez/N-1	0,00	0,00	0,00	99 528,15	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4-5)	41 933 289,80	42 773 986,65	40 474 901,28	40 173 475,53	37 342 823,12
Taxa de Crescimento da Dívida	19,0%	2,0%	-5,4%	-0,7%	-7,0%

O Quadro n.º 3 espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal nos últimos cinco anos, e que se circunscreve apenas ao Município de Matosinhos. Da sua leitura ressalta claramente a inversão de tendência ocorrida a partir de 2023: após o crescimento registado entre 2021 e 2022 — impulsionado pelo investimento público no contexto pós-pandémico —, a dívida encerrou 2025 num valor inferior ao do início do período em análise, evidenciando a capacidade do Município de financiar um nível crescente de investimento com recurso cada vez menor ao endividamento bancário, graças ao reforço das receitas próprias e à captação de financiamento comunitário.

No quadro n.º 4 encontram-se desagregadas as utilizações de capital ocorridas em 2025, que totalizam 1.652.224,84€.

Quadro n.º 4
Financiamento bancário

(Un: Euros)

Designação	Utilização capital 2025	Peso %
Estar Perto das Pessoas: Habitação Social - Conjunto Habitacional do Chouso	311 616,88	
Estar Perto das Pessoas: Habitação Social - Conjunto Habitacional do Seixo II	577 115,82	
Arranjos Exteriores do Conjunto Habitacional da Cruz de Pau	4 145,85	
Projeto Piloto - Caminho Rural - Ligação entre a Rua dos Caçadores e a Rua do Marreco em Lavra	22 642,18	
Sub-total Empréstimo CGD N.º 2594/002118/991 até ao montante de 17.378.941,50€	915 520,73	55,41
Obras de Remodelação e Recuperação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia de St.ª Cruz do Bispo	73 812,53	
Requalificação das Instalações dos Escuteiros de Leça da Palmeira	39 158,52	
Parques e Jardins - Parque Basílio Teles	23 083,90	
Requalificação de Arruamentos de Matosinhos Sul	499 680,28	
Beneficiação das Condições de Mobilidade do Concelho	100 968,88	
Sub-total Empréstimo CGD N.º 2594/002466/891 até ao montante de 10.274.800,00€	736 704,11	44,59
Total Passivos Financeiros	1 652 224,84	100,0

4.5 Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, sendo determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo, estabelecendo relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados). No caso das autarquias, há que ter, porém, em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem alienáveis ou hipotecáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Os indicadores apresentados no Quadro n.º 5 relativamente ao grupo autárquico permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais, embora não se possam perder de vista as limitações suprarreferidas.

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos verificar que ela não se alterou significativamente entre 2024 e 2025, tendo-se, no entanto, assistido a um ligeiro reforço do peso do ativo corrente sobre o total do ativo — de 12,8% para 13,7% —, o que determinou que o rácio ativo não corrente / ativo corrente tenha passado de 681,1% em 2024 para 629,8% em 2025, ou seja, o ativo não corrente é agora cerca de 6,3 vezes superior ao corrente. Esta evolução reflete essencialmente o crescimento mais acelerado das disponibilidades e das dívidas de terceiros de curto prazo face ao crescimento do ativo não corrente, e não qualquer deterioração da estrutura patrimonial do grupo.

Já no que se refere à estrutura do passivo, assistiu-se ao reforço do peso do passivo corrente sobre o total do passivo — de 44,6% para 53,5% —, o que levou a que o rácio passivo não corrente / passivo corrente tenha passado de 124,1% em 2024 para 87,0% em 2025 (-29,9%). O passivo corrente supera agora ligeiramente o passivo não corrente. Este movimento, que à primeira vista poderia suscitar reservas, resulta essencialmente do crescimento dos diferimentos no passivo corrente — decorrente do reconhecimento de adiantamentos do PRR e de rendimentos a reconhecer no curto prazo associados aos contratos de concessão do domínio público —, e não de um aumento do endividamento financeiro de curto prazo, que pelo contrário se reduziu.

O ativo não corrente constitui basicamente o investimento direto do grupo autárquico. Ao compararmos esta componente do ativo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que, em 2025, o primeiro supera o segundo em cerca de 24,4 vezes, o que significa que apenas cerca de 4,1% do ativo não corrente avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo — uma melhoria face às 21,7 vezes registadas em 2024 (+12,2%), que reflete simultaneamente o crescimento do investimento e a redução da dívida financeira. Este indicador representa a garantia, em bens, do grupo municipal aos seus financiadores, devendo, contudo, ser interpretado com a devida cautela dado que cerca de 20% do total de ativos são bens de domínio público, insuscetíveis de hipoteca ou alienação.

Quadro n.º 5

Indicadores	2025	2024	Varição
Estrutura do Ativo			
Ativo não Corrente / Ativo Total	86,3%	87,2%	-1,0%
Ativo Corrente / Ativo Total	13,7%	12,8%	7,0%
Ativo não Corrente / Ativo Corrente	629,8%	681,1%	-7,5%
Estrutura do Passivo			
Passivo não Corrente / Passivo Total	46,5%	55,4%	-16,0%
Passivo Corrente / Passivo Total	53,5%	44,6%	19,8%
Passivo não Corrente / Passivo Corrente	87,0%	124,1%	-29,9%
Análise do Ativo não Corrente			
Investimentos / Endividamento a médio longo prazo	24,4	21,7	12,2%
Índices de Liquidez			
Ativo Corrente / Passivo Corrente	1,9	2,4	-19,6%
Disponibilidades / Passivo Corrente	0,9	1,1	-13,1%
Índice de Solvência			
Dívidas a terceiros / Ativo Total	6,8%	7,3%	-6,1%
Índice de Solvabilidade			
Património Líquido / Passivo Total	6,4	7,3	-11,3%
Índice de Autonomia Financeira			
Património Líquido / Ativo Total	86,5%	87,9%	-1,5%
Rendimento do Património Líquido			
Resultado Líquido / Património Líquido	3,85%	2,31%	66,9%

Passando agora à análise dos índices de liquidez, poderemos constatar uma redução em ambos face ao ano anterior. O rácio ativo corrente / passivo corrente passou de 2,4 em 2024 para 1,9 em 2025 (-19,6%), e o rácio disponibilidades / passivo corrente passou de 1,1 para 0,9 (-13,1%). Esta redução decorre não de uma deterioração da posição de liquidez — as disponibilidades cresceram 12,6 milhões de euros —, mas sim do crescimento expressivo do passivo corrente, impulsionado pelos diferimentos já referidos. Importa sublinhar que, mesmo com esta redução, o grupo municipal mantém um rácio de liquidez geral acima de 1,9, o que evidencia uma posição financeira de curto prazo confortável e a capacidade para fazer face, com folga, às suas obrigações correntes.

Da análise do índice de solvência, podemos confirmar o reforço continuado de uma situação financeira sólida do grupo autárquico: o peso das dívidas a terceiros no ativo total é de apenas 6,8%, o que representa uma melhoria de 6,1% face ao ano transato e prossegue a tendência descendente deste indicador. O índice de autonomia financeira mantém-se num valor muito confortável, de 86,5%, embora tenha recuado 1,4 p.p. face ao ano anterior, em linha com o crescimento do passivo já descrito. O índice de solvabilidade fixou-se em 6,4, o que significa que o património líquido do grupo é 6,4 vezes superior ao passivo total — valor que, não obstante a ligeira redução face às 7,3 vezes de 2024 (-11,3%), continua a revelar uma estrutura financeira extraordinariamente robusta.



Consolidação de Contas

O indicador relativo ao Rendimento do Património Líquido apresenta uma variação positiva muito expressiva de 66,9%, traduzindo o reforço acentuado da relação entre o resultado líquido do exercício e o património líquido, que passou de 2,31% em 2024 para 3,85% em 2025. Este é o indicador que melhor sintetiza o desempenho económico do grupo municipal em 2025: num contexto de crescimento patrimonial consistente, o resultado líquido cresceu a um ritmo muito superior, evidenciando uma melhoria estrutural da eficiência e da capacidade de geração de excedentes do grupo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, não apenas das operações orçamentais, mas também das operações de tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	49 798 255,25	Pagamentos	227 951 126,15
Execução Orçamental	43 363 026,76	Atividades operacionais	158 026 506,52
Operações de Tesouraria	6 435 228,49	Atividades de investimento	63 623 757,10
		Atividades de financiamento	6 300 862,53
Recebimentos	240 530 969,24	Saldo para a Gerência Seguinte	62 378 098,34
Atividades operacionais	198 195 176,01	Execução Orçamental	53 864 623,02
Atividades de investimento	40 512 509,21	Operações de Tesouraria	8 513 475,32
Atividades de financiamento	1 823 284,02		
Total	290 329 224,49	Total	290 329 224,49

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2025, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 240.530.969,24 euros, o que represente um aumento de 25,8% face a 2024, dos quais 198.195.176,01 euros são provenientes de atividades operacionais (82,4%).

Desta forma, sendo o volume de recebimentos (240 530 969,24 euros) superior em 12.579.843,09 euros aos pagamentos (227.951.126,15 euros), e existindo um saldo inicial de 49.798.255,25 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte foi de 62.378.098,34 euros, dos quais 8.513.475,32 euros correspondem a Operações de Tesouraria (OT), sendo que estas correspondem a operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

A **análise comparativa com o exercício anterior** permite aprofundar a leitura dos fluxos de caixa consolidados de 2025.

No que respeita aos **recebimentos totais**, registou-se um crescimento de 191.218.358,26 euros em 2024 para 240.530.969,24 euros em 2025, o que corresponde a um aumento de 49.312.610,98 euros, ou seja, +25,8%. Este crescimento foi transversal a todas as componentes, com particular destaque para as atividades de investimento, cujos recebimentos aumentaram de 25.932.110,27 euros para 40.512.509,21 euros (+56,2%), refletindo um maior volume de transferências de capital e subsídios ao investimento captados pelo grupo municipal, nomeadamente no âmbito do PRR e de outros instrumentos de financiamento europeu. Os recebimentos de atividades operacionais cresceram de 159.472.327,81 euros para 198.195.176,01 euros (+24,3%), mantendo-se como a componente dominante, com um peso de 82,4% no total dos recebimentos. As atividades de financiamento registaram uma redução significativa, de 5.813.920,18 euros em 2024 para 1.823.284,02 euros em 2025 (-68,6%), refletindo um menor recurso a empréstimos por parte das entidades do grupo municipal — evolução que, conjugada com a redução dos pagamentos de financiamento já referida, aponta para uma trajetória consistente de desalavancagem e de menor dependência de financiamento externo..

Quanto aos **pagamentos totais**, o crescimento foi igualmente expressivo, passando de 186.349.682,76 euros em 2024 para 227.951.126,15 euros em 2025, um aumento de 41.601.443,39 euros (+22,3%). O crescimento foi mais acentuado nas atividades de investimento, cujos pagamentos aumentaram de 42.507.047,26 euros para 63.623.757,10 euros (+49,7%), traduzindo uma aceleração relevante da execução do investimento do grupo municipal. Os pagamentos de atividades operacionais cresceram de 135.642.849,47 euros para 158.026.506,52 euros (+16,5%), refletindo o aumento da despesa corrente, em linha com o contexto de crescimento dos custos com pessoal e com bens e serviços. Em sentido inverso, os pagamentos de atividades de financiamento registaram uma redução de 8.199.786,03 euros para 6.300.862,53 euros (-23,2%), o que evidencia uma diminuição do esforço de amortização de dívida e do respetivo serviço financeiro — sinal positivo no contexto da consolidação da estrutura financeira do grupo.

No que respeita ao equilíbrio operacional de tesouraria, os recebimentos operacionais superaram os pagamentos operacionais em 40.168.669,49 euros em 2025, face a um excedente de 23.829.478,34 euros em 2024, o que representa um reforço considerável da capacidade de geração de liquidez a partir das atividades correntes do grupo municipal.

Por fim, o saldo de gerência transitado para 2026 cifrou-se em 62.378.098,34 euros, superior em 12.579.843,09 euros ao saldo inicial do exercício (49.798.255,25 euros), o qual havia já crescido face ao saldo de abertura de 2024 (44.929.579,75 euros). Esta trajetória ascendente do saldo de gerência — de 44,9 milhões em 2023 para 49,8 milhões em 2024 e 62,4 milhões em 2025 — constitui um indicador consistente de solidez financeira do grupo municipal e da sua capacidade para fazer face a compromissos futuros.

6. CONTABILIDADE DE GESTÃO NO PERÍMETRO CONSOLIDADO

A contabilidade de gestão constitui um pilar complementar às esferas orçamental e financeira, sendo reconhecida como um instrumento estratégico de suporte à decisão interna. Ao segmentar os custos por bens, serviços e funções, este subsistema promove uma gestão municipal mais refinada, orientada pelos princípios da eficácia, eficiência e economia, tanto ao nível global como em cada unidade funcional específica. No contexto do grupo autárquico, este carácter intrínseco assume particular relevância, na medida em que o Município de Matosinhos, enquanto entidade-mãe e principal componente do perímetro de consolidação — com uma representatividade superior a 99,8% nas demonstrações financeiras consolidadas —, tem vindo a desenvolver e aprofundar este subsistema de forma continuada nos últimos anos.

A NCP 27 foca-se exclusivamente na Contabilidade de Gestão, estabelecendo diretrizes claras para (i) a sua aplicação no apoio aos processos internos da administração pública, (ii) a facilitação da sua implementação prática, (iii) a clarificação dos diversos conceitos de custos ajustados às necessidades das partes interessadas e (iv) a definição de normas orientadoras para o desenvolvimento do sistema e para a respetiva divulgação de informação. Nos termos desta norma, as demonstrações financeiras da contabilidade de gestão a incluir no Relatório de Gestão devem fornecer informações ao nível de: 1) Resultados por funções; 2) Resultados por produtos vendidos ou serviços prestados no período; 3) Custos por atividades; 4) Gastos de produção por produtos e serviços finais; 5) Rendimentos e gastos ambientais; 6) Rendimentos gerais e gastos não incorporados. Todavia, a transposição destes objetivos para o universo consolidado enfrenta desafios de elevada complexidade técnica e operacional.

No âmbito das contas consolidadas do grupo autárquico de Matosinhos, o presente relatório não integra informação de contabilidade de gestão nos termos plenos da NCP 27. Com efeito, não obstante as entidades que compõem o perímetro de consolidação terem implementado sistemas de contabilidade de gestão nas respetivas esferas individuais, a natureza heterogénea dessas entidades — designadamente a diversidade dos referenciais contabilísticos adotados (SNC-AP e SNC) e a especificidade das suas atividades — inviabiliza, por ora, a produção de informação de gestão consolidada com o rigor e a consistência necessários a uma divulgação fidedigna. Acresce que os sistemas de classificação e imputação de custos adotados individualmente por cada entidade não são diretamente comparáveis entre si, o que dificulta a consolidação a este nível sem comprometer a qualidade e a coerência da informação.

Assim, a não aplicação da NCP 27 em toda a sua extensão consolidada decorre, essencialmente, dos seguintes fatores:

- i) Divergência de modelos de informação:** o sucesso de um modelo de contabilidade de gestão consolidado depende criticamente da homogeneização de critérios de repartição e da robustez integrada dos sistemas de informação transversais. Dada a natureza jurídica e operacional distinta das empresas municipais, os seus centros de custos e metodologias de imputação encontram-se desenhados para responder às exigências específicas dos respetivos setores, dificultando uma agregação direta e linear;
- ii) Complexidade na eliminação de operações internas:** a contabilidade de gestão consolidada exigiria não apenas a agregação de gastos, mas também a anulação dos fluxos internos entre as entidades do grupo (por exemplo, prestações de serviços ou cedências de infraestruturas), um processo que carece de uma parametrização de sistemas ainda em desenvolvimento;

iii) **Ponderação Custo-Benefício:** em linha com o compromisso de melhoria contínua, a reavaliação das grelhas de atividades pondera cuidadosamente a viabilidade da recolha de dados face aos recursos humanos e tecnológicos disponíveis, priorizando nesta fase a consolidação das esferas financeira e orçamental.

A primazia do Município no contexto do grupo municipal – evidenciada pela sua representação superior a 99,8% no total das demonstrações financeiras consolidadas – permite, todavia, que a informação de contabilidade de gestão produzida pelo Município de Matosinhos nas suas contas individuais traduza, com elevado grau de fidelidade, a realidade económica e financeira do grupo como um todo. Neste sentido, a análise dos custos por funções, das atividades e dos centros de custo do Município constitui uma aproximação substancialmente representativa da realidade consolidada, ainda que não abranja a totalidade das entidades do grupo.

Quadro n.º 7
Custos por Funções (Âmbito: Município de Matosinhos)

	2024			2025			Variação 2025/24
	Total G. Diretos	Gastos Indiretos	Total Gastos	Total G. Diretos	Gastos Indiretos	Total Gastos	
Funções gerais	6 359 447,24	1 064 904,70	7 424 351,94	7 485 612,60	1 812 993,43	9 298 606,03	25,2%
Serviços gerais de administração pública	4 190 680,18	566 948,13	4 757 628,31	5 103 150,93	1 356 149,59	6 459 300,52	35,8%
Segurança e ordem públicas	2 168 767,06	497 956,57	2 666 723,63	2 382 461,67	456 843,84	2 839 305,51	6,5%
Funções sociais	90 755 027,49	37 312 018,01	128 067 045,50	104 623 472,69	35 329 919,71	139 953 392,40	9,3%
Educação	28 793 310,09	9 886 728,39	38 680 038,48	32 823 750,60	8 080 101,42	40 903 852,02	5,7%
Saúde	471 258,74	104 930,64	576 189,38	580 712,22	119 399,11	700 111,33	21,5%
Proteção social	11 299 866,17	5 129 096,04	16 428 962,21	12 122 182,96	4 086 733,84	16 208 916,80	-1,3%
Habituação e infraestruturas coletivas	12 051 647,99	2 884 305,56	14 935 953,55	13 799 075,90	3 018 204,34	16 817 280,24	12,6%
Proteção do ambiente	23 346 252,83	10 778 679,62	34 124 932,45	26 592 077,23	10 401 728,40	36 993 805,63	8,4%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	14 792 691,67	8 528 277,76	23 320 969,43	18 705 673,78	9 623 752,60	28 329 426,38	21,5%
Funções económicas	14 577 379,01	5 769 941,64	20 347 320,65	14 869 939,63	5 816 243,13	20 686 182,76	1,7%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	119 804,06	38 859,74	158 663,80	53 253,20	28 948,36	82 201,56	-48,2%
Indústria e energia	0,00	0,00	0,00	31,95	32,78	64,73	-
Transportes e comunicações	9 385 466,06	3 232 304,55	12 617 770,61	10 995 719,87	3 170 496,73	14 166 216,60	12,3%
Comércio e turismo	4 832 758,04	2 449 271,54	7 282 029,58	3 579 797,25	2 572 059,85	6 151 857,10	-15,5%
Outras funções económicas	239 350,85	49 505,81	288 856,66	241 137,36	44 705,41	285 842,77	-1,0%
Outras funções	543 181,41	187 026,42	730 207,83	2 315 532,81	683 266,63	2 998 799,44	310,7%
Diversas não especificadas	543 181,41	187 026,42	730 207,83	2 315 532,81	683 266,63	2 998 799,44	310,7%
TOTAL	112 235 035,15	44 333 890,77	156 568 925,92	129 294 557,73	43 642 422,90	172 936 980,63	10,5%

Como se afere pela repartição individual do Município — onde os gastos diretos representam 74,8% do total e os indiretos assumem os restantes 25,2% —, as **Funções Sociais** continuam a concentrar a esmagadora maioria do esforço financeiro (80,9% dos gastos, totalizando aproximadamente 140 milhões de euros), sendo nesta área que se concentram também as principais transferências e apoios operacionais do Grupo Municipal. As Funções Económicas (onde se reflete o setor dos transportes e mobilidade) representam 12% do total de custos (20,7 milhões de euros), seguidas pelas Funções Gerais com 5,4% (9,3 milhões de euros).



Consolidação de Contas

Em suma, embora o atual estágio de evolução do Grupo Municipal ainda não permita cumprir de forma consolidada todos os requisitos de divulgação previstos nos parágrafos 34 a 38 da NCP 27, existe o compromisso comum de progredir na consolidação desta informação, designadamente através da harmonização progressiva das metodologias de apuramento de custos entre as entidades do perímetro de consolidação, com vista a alcançar, a prazo, uma visão integrada e comparável da performance económica e da eficiência na utilização dos recursos públicos ao nível do grupo municipal, em plena conformidade com os requisitos da NCP 27.

Consolidação de Contas

2

Balanço Consolidado

Relatório de Atividades
e de Gestão



BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2025/01/01 - 2025/12/31

ANO

2025

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024 reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente		791 624 177,36	738 425 941,10
Ativos fixos tangíveis	2.7 / 5 / 7 / 14	744 806 961,34	694 477 499,23
Propriedades de investimento	8	5 921 363,47	5 782 897,03
Ativos intangíveis	3	703 787,50	786 949,78
Participações financeiras	9 / 20 / 18.4	23 343 904,36	23 114 528,84
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	18.2.2	16 213,79	16 213,79
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		34 941,51	35 448,48
Diferimentos	23.2	279 021,94	102 762,60
Outras contas a receber	9 / 18.2 / 18.2.1	16 517 983,45	14 109 641,35
Ativo corrente		125 696 892,99	108 411 322,00
Inventários	9 / 10	78 956,01	92 069,95
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9 / 18.2 / 18.2.3	4 971 377,74	3 167 382,76
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18.2 / 23.5	813 618,29	836 419,48
Estado e outros entes públicos	18.2 / 23.1	97 944,11	142 428,93
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	9 / 18.2 / 18.2.1	56 194 370,10	53 078 669,55
Diferimentos	23.2	1 162 528,40	1 296 096,08
Caixa e depósitos	1 / 18.2	62 378 098,34	49 798 255,25
Total Ativo		917 321 070,35	846 837 263,10
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	23.7	481 929 055,03	481 606 555,03
Reservas	23.7	5 813 656,19	4 979 894,01
Resultados transitados	2.7 / 23.7	80 842 848,15	64 893 816,80
Excedentes de revalorização	2.7 / 23.7	0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	23.7	-19 458 738,00	-19 340 577,30
Outras variações no património líquido	14 / 23.7 / 23.7.1	214 249 912,92	194 970 753,20
Resultado líquido do período		30 561 500,86	17 161 554,73
Total Património Líquido		793 938 235,15	744 271 996,47
PASSIVO			
Passivo não corrente		57 404 278,09	56 800 460,39
Provisões	15.1	7 610 075,53	9 303 758,54
Financiamentos obtidos	7 / 18.3	31 779 823,28	33 325 383,31
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Diferimentos	4 / 23.2	18 009 066,95	14 166 006,21
Outras contas a pagar	18.3 / 18.3.1	5 312,33	5 312,33
Passivo corrente		65 978 557,11	45 764 806,24
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.3	803 236,03	10 595,00
Fornecedores	18.3 / 23.6	3 810 189,40	3 862 169,64
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	18.3 / 23.1	1 026 734,18	139 720,26
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7 / 18.3	5 562 999,84	6 848 092,22
Fornecedores de investimentos	18.3 / 23.6	589 779,75	866 208,60
Outras contas a pagar	18.3 / 18.3.1	19 079 822,34	16 512 403,37
Diferimentos	4 / 23.2	35 105 795,57	17 525 617,15
Total Passivo		123 382 835,20	102 565 266,63
Total Património Líquido e Passivo		917 321 070,35	846 837 263,10

Presidente da Câmara

Em ___ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ___ de _____ de _____

Consolidação de Contas

3

Demonstração de Resultados Consolidada



DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO
2025/01/01 - 2025/12/31

ANO
2025

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	13 / 14	109 255 054,03	88 322 951,24
Vendas	13 / 14	35 528,63	35 962,90
Prestações de serviços e concessões	13 / 14	28 949 195,23	25 468 234,68
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 / 14	55 888 202,06	50 852 216,63
Trabalhos para a própria entidade		0,00	7 782,02
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13 / 14 / 18.4	347 536,22	10 028,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 648 794,46	-1 342 292,69
Fornecimentos e serviços externos	23.3	-56 421 593,67	-52 512 319,33
Gastos com pessoal	19	-60 920 385,05	-55 302 810,69
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-26 834 887,29	-21 592 942,01
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9 / 10 / 13 / 14	-4 956,21	-509,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 / 13 / 14	-2 174 098,24	-295 203,45
Provisões (aumentos/reduções)	15	1 693 683,01	2 791 814,01
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/redução de justo valor		-506,97	-281,54
Outros rendimentos	13 / 14	14 109 000,86	11 977 288,06
Outros gastos	23.4	-8 058 111,26	-7 683 638,51
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		54 214 866,89	40 736 280,71
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 / 5 / 8	-22 974 258,95	-22 212 459,77
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		31 240 607,94	18 523 820,94
Juros e rendimentos similares obtidos	13 / 14	717 848,82	746 146,10
Juros e gastos similares suportados	7	-1 385 400,98	-2 083 019,95
Resultado antes de impostos		30 573 055,78	17 186 947,09
Imposto sobre o rendimento do período		-11 554,92	-25 392,36
Resultado líquido do período		30 561 500,86	17 161 554,73
Resultado líquido do período atribuível a:		30 561 500,86	17 161 554,73
Detentores do capital da entidade-mãe		30 561 500,86	17 161 554,73
Interesses que não controlam		0,00	0,00

Presidente da Câmara Em ___ de _____ de _____ _____	Órgão Executivo Em ___ de _____ de _____ _____
-------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------

Consolidação de Contas

4

Demonstração do Património Líquido Consolidada



DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2025/01/01 - 2025/12/31

Ano

2025

Euros

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido Reexpresso	
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL Reexpresso
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO														
Reexpresso	2.7	481 606 555,03	0,00	0,00	0,00	4 979 894,01	64 893 816,80	-19 340 577,30	0,00	194 970 753,20	17 161 554,73	744 271 996,47	0,00	744 271 996,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Reexpresso		322 500,00	0,00	0,00	0,00	833 762,18	15 949 031,35	-118 160,70	0,00	19 279 159,72	-17 161 554,73	19 104 737,82	0,00	19 104 737,82
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações Reexpresso	2.7 / 23.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	23.7 / 23.7.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 020 140,54	0,00	14 020 140,54	0,00	14 020 140,54
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23.7 / 23.7.1	322 500,00	0,00	0,00	0,00	833 762,18	15 949 031,35	-118 160,70	0,00	5 259 019,18	-17 161 554,73	5 084 597,28	0,00	5 084 597,28
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 561 500,86	30 561 500,86	0,00	30 561 500,86
RESULTADO INTEGRAL											13 399 946,13	49 666 238,68		49 666 238,68
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Redução de capital por cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	23.7	481 929 055,03	0,00	0,00	0,00	5 813 656,19	80 842 848,15	-19 458 738,00	0,00	214 249 912,92	30 561 500,86	793 938 235,15		793 938 235,15

Consolidação de Contas

5

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Relatório de Atividades
e de Gestão



DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2025/01/01 - 2025/12/31

ANO

2025

Euros

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		23 286 361,96	21 355 256,27
Recebimentos de contribuintes		85 908 394,96	69 180 718,68
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		60 972 686,03	51 138 773,05
Recebimentos de utentes		20 191 848,64	12 799 091,59
Pagamentos a fornecedores		-64 119 581,00	-57 059 706,61
Pagamentos ao pessoal		-59 571 111,44	-54 508 272,01
Pagamentos de transferências e subsídios		-34 330 374,24	-24 014 085,86
Pagamentos de prestações sociais		0,00	-47 768,00
Caixa gerada pelas operações		32 338 224,91	18 844 007,11
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		-5 439,84	-13 016,99
Outros recebimentos/pagamentos		7 835 884,42	4 998 488,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	23.10	40 168 669,49	23 829 478,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-63 327 769,97	-42 467 143,60
Pagamentos - Ativos intangíveis		-295 987,13	-39 903,66
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00	0,00
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00	0,00
Pagamentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		900 963,89	441 247,89
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos - Subsídios ao investimento		34 980 306,84	7 723 986,48
Recebimentos - Transferências de capital		3 943 070,17	17 081 139,62
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		617 485,81	611 961,70
Recebimentos - Dividendos		70 682,50	73 774,58
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	23.10	-23 111 247,89	-16 574 936,99
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 652 224,84	5 813 920,18
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Recebimentos - Doações		171 059,18	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-4 582 405,40	-6 015 817,78
Pagamentos - Juros e gastos similares		-1 718 457,13	-2 183 968,25
Pagamentos - Dividendos		0,00	0,00
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	23.10	-4 477 578,51	-2 385 865,85
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		12 579 843,09	4 868 675,50
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		49 798 255,25	44 929 579,75
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		62 378 098,34	49 798 255,25
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		49 798 255,25	44 929 579,75
SGA De execução orçamental		43 363 026,76	39 530 807,08
SGA De operações de tesouraria		6 435 228,49	5 398 772,67
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	23.10	62 378 098,34	49 798 255,25
SGS De execução orçamental	23.10	53 864 623,02	43 363 026,76
SGS De operações de tesouraria	23.10	8 513 475,32	6 435 228,49

Consolidação de Contas

6

Demonstrações Orçamentais

Relatório de Atividades
e de Gestão



 matosinhos

Consolidação de Contas

6.1

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental



DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2025/01/01 - 2025/12/31

Ano

2025

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2025	2024
	Saldo de gerência anterior	48 069 750,05	42 674 630,20
	Operações orçamentais [1]	41 634 521,56	37 275 857,53
	Devolução do saldo oper. orçamentais	41 634 521,56	37 275 857,53
	Recebimento do saldo devolvido p/ terceiras entidades	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	6 435 228,49	5 398 772,67
	Receita corrente	186 121 182,24	155 811 727,48
R1	Receita fiscal	85 910 305,58	69 230 571,67
R1.1	Impostos diretos	85 910 305,58	69 230 571,67
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições p/ sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	20 850 111,94	13 243 696,49
R4	Rendimentos de propriedade	9 451 872,86	8 610 549,82
R5	Transferências e subsídios correntes	55 240 505,96	51 146 555,07
R5.1	Transferências correntes	55 240 505,96	51 146 555,07
R5.1.1	Administrações Públicas	51 788 167,37	48 498 608,49
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	51 484 331,40	48 348 911,52
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	253 835,97	149 696,97
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	50 000,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	1 567 697,91	853 168,58
R5.1.3	Outras	1 884 640,68	1 794 778,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	14 429 953,55	13 441 467,17
R7	Outras receitas correntes	238 432,35	138 887,26
	Receita de capital	39 973 289,00	25 242 110,29
R8	Venda de bens de investimento	878 852,81	436 984,19
R9	Transferências e subsídios de capital	39 094 436,19	24 805 126,10
R9.1	Transferências de capital	39 094 436,19	24 805 126,10
R9.1.1	Administrações Públicas	3 943 070,17	16 066 139,62
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 884 860,00	2 742 038,36
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	58 210,17	13 324 101,26
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	34 980 306,84	7 723 986,48
R9.1.3	Outras	171 059,18	1 015 000,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2 492 132,59	1 316 269,12
	Receita efetiva [2]	228 586 603,83	182 370 106,89
	Receita não efetiva [3]	1 652 224,84	5 813 920,18
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	1 652 224,84	5 813 920,18
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	271 873 350,23	225 459 884,60
	Operações de tesouraria [B]	4 404 025,22	2 585 255,30

RUBRICA	PAGAMENTOS	2025	2024
	Despesa corrente	145 166 421,38	130 949 519,92
D1	Despesas com o pessoal	56 106 952,27	51 367 604,02
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	44 697 859,68	40 498 450,10
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 318 157,95	1 202 599,92
D1.3	Segurança social	10 090 934,64	9 666 554,00
D2	Aquisição de bens e serviços	58 403 149,99	51 570 178,02
D3	Juros e outros encargos	1 718 215,82	2 183 957,45
D4	Transferências e subsídios correntes	28 010 323,25	24 890 331,35
D4.1	Transferências correntes	16 156 145,34	16 050 142,31
D4.1.1	Administrações Públicas	5 029 534,48	6 416 775,58
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 021 657,11	2 635 485,73
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	4 007 877,37	3 781 289,85
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	8 479 390,50	6 986 710,01
D4.1.3	Famílias	1 648 619,66	1 625 715,92
D4.1.4	Outras	998 600,70	1 020 940,80
D4.2	Subsídios Correntes	11 854 177,91	8 840 189,04
D5	Outras despesas correntes	927 780,05	937 449,08
	Despesa de capital	69 856 467,62	46 860 025,34
D6	Aquisição de bens de capital	64 436 416,63	43 254 910,83
D7	Transferências e subsídios de capital	5 420 050,99	3 605 114,51
D7.1	Transferências de capital	5 420 050,99	3 605 114,51
D7.1.1	Administrações Públicas	1 971 957,62	306 398,53
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	194 787,26	240 999,18
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	1 777 170,36	65 399,35
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	3 448 093,37	1 889 998,51
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	1 408 717,47
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	215 022 889,00	177 809 545,26
	Despesa não efetiva [6]	4 582 405,40	6 015 817,78
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	4 582 405,40	6 015 817,78
	Soma [7]=[5]+[6]	219 605 294,40	183 825 363,04
	Operações de tesouraria [C]	2 325 126,51	1 548 799,48
	Saldo para a gerência seguinte	60 782 183,03	48 069 750,05
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	52 268 055,83	41 634 521,56
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	8 514 127,20	6 435 228,49
	Saldo global [2] - [5]	13 563 714,83	4 560 561,63
	Despesa primária	213 304 673,18	175 625 587,81
	Saldo corrente	40 954 760,86	24 862 207,56
	Saldo de capital	-29 883 178,62	-21 617 915,05
	Saldo primário	15 281 930,65	6 744 519,08
	Receita total [1] + [2] + [3]	271 873 350,23	225 459 884,60
	Despesa total [5] + [6]	219 605 294,40	183 825 363,04

Consolidação de Contas

6.2

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Relatório de Atividades
e de Gestão



DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO

2025/01/01 - 2025/12/31

Ano

2025

Euros

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2025	2024
R1	Receita corrente	8 117 500,81	6 735 182,69
	Receita fiscal	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 583 069,40	2 295 214,20
R4	Rendimentos de propriedade	3 503 555,31	1 624 650,08
R5	Transferências e subsídios correntes	462 582,37	486 349,60
R5.1	Transferências correntes	462 582,37	486 349,60
R5.1.1	Administrações Públicas	2 400,00	2 400,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 400,00	2 400,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	460 182,37	483 949,60
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 561 029,97	2 296 387,33
R7	Outras receitas correntes	7 263,76	32 581,48
R8	Receita de capital	109 629,77	116 628,33
	Venda de bens de investimento	68 382,72	75 381,28
R9	Transferências e subsídios de capital	41 247,05	41 247,05
R9.1	Transferências de capital	41 247,05	41 247,05
R9.1.1	Administrações Públicas	41 247,05	41 247,05
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	41 247,05	41 247,05
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	267,82	5 683,32
	Receita efetiva [2]	8 227 398,40	6 857 494,34
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	8 227 398,40	6 857 494,34

RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2025	2024
	Despesa corrente	1 812 474,05	663 204,77
D1	Despesas com o pessoal	868 329,84	1 507,42
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	868 329,84	1 507,42
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	941 584,49	631 587,31
D3	Juros e outros encargos	0,00	2,54
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	15 884,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	15 884,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	15 884,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	2 559,72	14 223,50
	Despesa de capital	535 537,25	377 497,71
D6	Aquisição de bens de capital	535 537,25	377 497,71
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	2 348 011,30	1 040 702,48
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Despesa Total [7]=[5]+[6]	2 348 011,30	1 040 702,48

Consolidação de Contas

7

Anexo às Demonstrações Financeiras
e Orçamentais Consolidadas

Relatório de Atividades
e de Gestão



 matosinhos

ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Exercício de 2025

ÍNDICE DE QUADROS E MAPAS:

INTRODUÇÃO	6
Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	7
Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos	7
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros	10
Nota 3 - Ativos intangíveis.....	29
Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	30
Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período	30
Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições.....	31
Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente.....	31
Quadro 4 - Acordos de concessão de serviços	35
Mapa 4.1 – Diferimentos das Rendas da Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem, de águas residuais	35
Mapa 4.2 – Diferimentos das Rendas da Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	35
Mapa 4.3 – Diferimentos das rendas das concessões de uso privativo do domínio público	36
Nota 5 - Ativos fixos tangíveis.....	36
Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	37
Mapa 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis em poder de terceiros	38
Mapa 5.1A - Tipologia de bens sem valorização	38
Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período	39
Mapa 5.2.1 - Tipologia de bens de domínio público sem amortização	39
Mapa 5.2.2 - Listagem de bens em uso e sem uso totalmente depreciado.....	40
Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis – Adições.....	40
Mapa 5.2A - Tipologia de bens doados e cedências ao domínio público	41
Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições	43
Mapa 5.2B - Tipologia de bens abatidos	43
Nota 6 – Locações	44
Quadro 6.1 - Locações operacionais - locatário	44
Quadro 6.2 - Locações operacionais - locador	45
Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos	45

Quadro 7 - Custos dos empréstimos obtidos.....	46
Mapa 7.1 - Modelo de capitalização - discriminação por empréstimo/ativos	46
Nota 8 - Propriedades de investimento.....	47
Mapa 8.1 – Justo Valor das Propriedades de Investimento	48
Quadro 8.2 – Propriedades de Investimento: modelo do custo	49
Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições	49
Mapa 8.4 - Propriedades de Investimento - Variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	50
Mapa 8.5 - Propriedades de Investimento em poder de terceiros.....	50
Nota 9 – Imparidade de ativos.....	50
Quadro 9.1 - Quantia escriturada recuperável.....	51
Quadro 9.2 - Movimentos de imparidades por ativos.....	52
Nota 10 - Inventários	52
Quadro 10.1 - Inventários.....	52
Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período	53
Nota 11 – Ativos biológicos	53
Nota 12 – Contratos de construção.....	53
Nota 13/14 – Rendimentos com contraprestação e sem contraprestação.....	53
Mapa 13/14 - Rendimentos com contraprestação e sem contraprestação	54
Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação	54
Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação.....	56
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	57
Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação	58
Mapa 14.1 - Legado, Ofertas e Doações	59
Mapa 14.2 - Reversões de perdas por imparidade	59
Mapa 14.3 - Reversões de Provisões	59
Mapa 14.4 – Subsídios em espécie	60
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	60
Quadro 15.1 - Provisões	60
Quadro 15.2 - Passivos Contingentes	62
Mapa 15.2.1 - Relação dos processos arrolados como passivos contingentes.....	62
Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio	63
Nota 17 – Acontecimentos após data de relato	63
Quadro 17.1 - Acontecimentos após data de relato	63
Nota 18 – Instrumentos financeiros.....	65
Mapa 18.2 - Ativos Financeiros	65

Mapa 18.2.1 - Outras Contas a receber	66
Mapa 18.2.2 - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	66
Mapa 18.2.3 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	67
Mapa 18.3 - Passivos Financeiros	69
Mapa 18.3.1 - Outras Contas a pagar	69
Quadro 18.4 - Participações financeiras	70
Nota 19 – Benefícios dos empregados	70
Mapa 19.1 - Gastos com o pessoal	71
Mapa 19.2 - Trabalhadores ao serviço por categoria	71
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas	71
Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas .	72
Quadro 20.2 - Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas	72
Quadro 20.3 - Ajustamentos em Ativos financeiros.....	73
Nota 21 – Relato por segmentos.....	73
Nota 22 – Interesses em outras entidades	74
Nota 23 – Outras divulgações	74
Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos	74
Mapa 23.2 – Diferimentos	75
Mapa 23.3 – Fornecimentos e serviços externos	75
Mapa 23.4 – Outros Gastos	76
Mapa 23.5 - Clientes, contribuintes e utentes	76
Mapa 23.6 - Fornecedores.....	76
Mapa 23.7 – Património Líquido	77
Mapa 23.7.1 - Outras Variações no Património Líquido	78
Mapa 23.8 – Transferências e Subsídios Concedidos	78
Mapa 23.9 – Garantias concedidas	78
Mapa 23.9A – Garantias de empréstimos	79
Mapa 23.10 – Evolução de Fluxos de Caixa 2025/2024.....	80
Mapa 23.11.1 - Desagregação do Balanço	81
Mapa 23.11.2 - Desagregação da Demonstração de Resultados	81

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

CNCP	Comité de Normalização Contabilística Público
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
IAREN	Instituto da Água da Região Norte
NCP	Norma de Contabilidade Pública
OE	Orçamento do Estado
PCM	Plano de Contas Multidimensional
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNC-ESNL	Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo

INTRODUÇÃO

Em 2025 as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Matosinhos foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

A LEO de 2020, art.º 114.º aplica este referencial contabilístico às entidades integradas no subsetor da administração local e entidades reclassificadas.

O Município de Matosinhos apresenta demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da NCP 22 do SNC-AP e decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC–ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As entidades que integram o perímetro de consolidação do Município encontram-se elencadas na nota 1.2.

No que respeita à consolidação orçamental, é possível apresentar, relativamente ao exercício de 2025, demonstrações orçamentais consolidadas, uma vez que a MatosinhosHabit, entidade

pública reclassificada (EPR) integrante do perímetro de consolidação, elabora as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. Adicionalmente, considerando que a Matosinhos Sport passou a constar da listagem de Entidades Públicas Reclassificadas publicada pelo INE em março de 2026, prevê-se que venha a integrar, oportunamente, o processo de consolidação orçamental, em conformidade com o enquadramento legal aplicável.

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com esse sistema contabilístico. De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2025, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários são os seguintes:

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

CONTA	2025	2024
Caixa	29 147,49	29 915,69
Depósitos à ordem	42 918 171,62	33 722 976,11
Depósitos no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários	42 918 171,62	33 722 976,11
Outros depósitos	19 430 779,23	16 045 363,45
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	12 237 689,12	9 762 871,11
Depósitos de garantias e cauções	7 193 090,11	6 282 492,34
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS	62 378 098,34	49 798 255,25

1.2. Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais – e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal: Atividades desempenhadas no âmbito das atribuições e competências conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e pelo quadro de transferência de competências para as autarquias locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), nomeadamente nas áreas da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ação social, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal: Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo Município de Matosinhos.



Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM

Sede Social - Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal: Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município, bem como a gestão de programas de apoio social na habitação e a promoção de reabilitação urbana. Promove ainda a conservação e a manutenção do parque habitacional privado, designadamente em sede de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo Município de Matosinhos.



Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

Sede Social - Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º. 4350-158 Porto

Atividade Principal: Exploração do serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade do Porto, em regime de exclusivo, e do serviço público de transporte intermunicipal de passageiros nos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia, ao abrigo de contrato de serviço público com vigência de 10 anos (2025-2034). Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A participação do Município de Matosinhos é de 11,98%.

1.3. Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação integral para as entidades detidas a 100% pela entidade mãe, neste caso as empresas municipais, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit e o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa Sociedade de Transportes Coletivos do Porto detida a 11,98%, considerando a NCP 23, § 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município de Matosinhos, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações Intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O método da equivalência patrimonial basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Ver nota 18.4 com a discriminação das restantes participações financeiras, que pela sua participação reduzida estão excluídas do perímetro de consolidação.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se conforme seguinte:

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de Matosinhos e das entidades consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do grupo e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão aprovadas pelo Executivo Municipal, até final de junho, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características

qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as NCP previstas no SNC-AP e são comparáveis às de 2024.

Consistência da apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o grupo municipal continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do acréscimo

O grupo municipal regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

2.1.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2025, os ativos, os passivos e os resultados das entidades do grupo municipal, entendido como o conjunto do Município de Matosinhos, entidade que controla, e as suas entidades controladas. Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

- Poder sobre a outra entidade:

Uma entidade tem poder sobre outra entidade quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

- Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade:

Uma entidade está exposta, ou detém direitos, a benefícios variáveis pelo seu envolvimento com outra entidade quando os benefícios que pretende pelo seu envolvimento podem variar em função do desempenho da outra entidade. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo,

podendo, num determinado período de relato, os benefícios ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

- A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade:

Uma entidade controla outra entidade se a entidade não tem somente o poder sobre a outra entidade e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade, mas também dispõe da capacidade de usar o seu poder para afetar a natureza ou a quantia dos benefícios decorrentes do seu envolvimento com outra entidade.

Uma entidade com poderes para tomada de decisões deve avaliar se é um agente ou um principal. Uma entidade deve também determinar se outra entidade com poderes para tomada de decisões está a atuar como um agente da entidade. Um agente é uma parte com o intuito de atuar em nome e em benefício de outra parte ou partes (o principal ou principais) e desta forma não controla a outra entidade quando exerce os seus poderes. Assim, por vezes, o poder do principal pode estar delegado e exercível por um terceiro, o agente, mas por nome e contado principal.

As políticas contabilísticas das entidades controladas são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas no Município de Matosinhos.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação:

- Agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa do Município de Matosinhos e das entidades controladas.

Das entidades que pertencem ao grupo municipal, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

- Compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da Município de Matosinhos em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido em cada uma das entidades controladas.

- Eliminação da totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no grupo municipal.

Os ativos líquidos das entidades controladas atribuíveis às partes de capital detidas por entidades estranhas ao grupo municipal são inscritos no Balanço na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por entidades estranhas ao Grupo Município de Matosinhos sobre o resultado líquido das entidades controladas são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos detentores do capital do Grupo Município e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Os projetos de desenvolvimento têm uma vida útil estimada de 3 anos. As licenças de software e programas de computador, as marcas e patentes têm uma vida útil determinada em função do período em que tiver lugar a sua utilização exclusiva. Nos casos em que não é fácil determinar o período de vida útil, a vida útil estimada é de 3 anos.

2.2.2. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando as entidades incluídas no grupo municipal controlam quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

A concessão de energia elétrica em baixa tensão (BT), cuja concessionária é a E-Redes, enquadra-se na NCP 4, e, por consequência, os ativos afetos à mesma são considerados de concessão de serviços.

Dispõe o n.º 3 do artigo 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001, que, até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado, em formato digital aberto, discriminando:

- a) Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;
- b) Ativos partilhados por conjuntos de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas concessões que estão a beneficiar dessa utilização;
- c) Ativos partilhados por todas as concessões, onde se incluem os ativos que têm uma utilização em todo o território continental.

Dispõe ainda o artigo 285.º do mesmo diploma que, em relação às concessões das redes de distribuição em baixa tensão:

"1 - São prorrogados, sem necessidade de ulteriores termos, os contratos de concessão das redes de distribuição de eletricidade em BT, incluindo aqueles para os quais já haja transcorrido o seu prazo.

2 - A prorrogação operada pelo número anterior tem a duração necessária à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, na sequência de concurso público para a sua atribuição..."

Não obstante, até à data da preparação e apresentação do presente relatório e contas não foi disponibilizado pela Concessionária a aludida informação detalhada de cadastro, que, de forma completa e oportuna, permita a sua verificabilidade, direta ou indireta, optando-se assim por divulgar somente a informação constante do quadro da nota 4, sem reconhecimento contabilístico.

Acresce salientar que o Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), nos termos da alínea a) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, na reunião de 18 de fevereiro de 2025, reconheceu, no mesmo sentido, na Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre as entidades incluídas no grupo municipal e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.) que:

"As significativas dificuldades reportadas, por parte dos municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis;

Que a NCP 4 prevê a existência de situações em que o concedente adquire os ativos e os coloca à disposição do concessionário, circunstância que se verifica no caso em apreço, a par de uma renda que remunera os municípios pelo contrato de concessão;

Que as vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2;

Que, ao longo do contrato, os municípios utilizaram diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado;

Que a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.”

2.2.3. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o grupo municipal benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às

estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

CLASSE DE BENS	Anos		
Edifícios e outras construções	10	a	68
Equipamento básico	3	a	10
Equipamento de transporte	1	a	10
Equipamento administrativo	1	a	8
Outros ativos fixos tangíveis	1	a	10

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

2.2.4. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

2.2.5. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, por regra, reconhecidos como gasto do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e finalidade dos empréstimos. Porém, nos casos em que os empréstimos sejam contraídos para financiar a aquisição, construção ou

produção de um determinado ativo (um ativo que se qualifica), então os custos com esses empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam.

2.2.6. Propriedades de Investimentos

O grupo municipal contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

2.2.7. Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município de Matosinhos passou a aplicar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no

capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

2.2.8. Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.2.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado pelo grupo municipal é o Custo Médio Ponderado. As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

2.2.10. Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos financeiros.

O grupo municipal reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos,

designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

2.2.11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O grupo municipal não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

2.2.12. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram

reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

2.2.13. Rendimentos

O grupo municipal aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o grupo municipal benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Rendimentos de transações com contraprestação

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o grupo municipal receba ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes: i) o grupo municipal tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) o grupo municipal não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos, iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade, iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para o grupo municipal, e v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre, no momento, em que estejam cumpridas todas as seguintes condições: i) a quantia do rendimento possa ser mensurada com a fiabilidade, ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o grupo municipal, iii) a fase de acabamento da transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Mensuração

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são transações em que o grupo municipal ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e as outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o grupo municipal cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências recebidas do Orçamento de Estado, são reconhecidas mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos

na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Especificações sobre ativos transferidos

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao grupo municipal. Estas especificações podem ser i) condições – quando indicam que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou ii) restrições – quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que benefícios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tal ativo não for empregue conforme especificado.

Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o grupo municipal obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o grupo municipal reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.

Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado, no momento, em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.

Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através de transações sem contraprestação é efetuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o grupo municipal.

Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

Mensuração do Rendimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo grupo municipal.

Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes, atribuídos ao grupo municipal são reconhecidos como Património Líquido a partir do momento em que se encontram cumpridas as condições com eles relacionadas.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos ao grupo municipal, sujeitos a condições ainda não satisfeitas, são reconhecidas no Passivo, sendo posteriormente reclassificados em Património Líquido a partir do momento em que tais condições estejam satisfeitas.

A partir do momento em que os subsídios atribuídos sejam reconhecidos em Património Líquido, e desde que os mesmos sejam conexos com ativos depreciáveis ou amortizáveis, é imputado a resultados do exercício a quota-parte subvencionada em função do período de vida útil considerado para os ativos subvencionados.

Doações

As doações são reconhecidas por contrapartida de Património Líquido, sendo mensuradas como ativos ao justo valor. Exceção para doações de bens consumíveis, cujo reconhecimento é efetuado em resultados, por forma a ser garantido o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos associados aos mesmos.

2.2.14. Partes relacionadas

O grupo municipal identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 - Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município de Matosinhos;
- O Órgão executivo;
- O Fiscal Único;
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes confere uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município de Matosinhos, nomeadamente o Ministério das Finanças, bem como o Tribunal de Contas.

2.2.15. Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município de Matosinhos (entidade consolidante) goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

O mesmo já não acontece com as entidades consolidadas, que nos termos do CIRC, estão sujeitas a tributação na matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, a taxas que variam entre 17% e 20% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no art.º 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 35%, que incidem, exclusivamente sobre os encargos aí previstos.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício.

Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Neste sentido, determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- a) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; e
- b) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos do grupo municipal, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras. Não foram, contudo, identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos que coloquem em causa a continuidade.

2.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível do grupo municipal no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.6. Alterações em estimativas contabilísticas

Conforme definido na NCP 2 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data de alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciable, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no

mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

2.7. Erros materiais de períodos anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi identificada a necessidade de proceder à correção do tratamento contabilístico de uma revalorização de um ativo fixo tangível anteriormente reconhecida no grupo municipal, na sequência de uma reavaliação da conformidade do respetivo registo com as políticas contabilísticas aplicáveis.

Nos termos da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros, a correção foi efetuada de forma retrospectiva, implicando a reexpressão das demonstrações financeiras comparativas e o ajustamento dos saldos de abertura dos capitais próprios.

Os efeitos desta correção encontram-se refletidos nas rubricas de ativos fixos tangíveis e capitais próprios, correspondendo a uma correção de um erro de período anterior e não a uma alteração de estimativas contabilísticas.

Foram assim reexpressas as quantias do balanço de 2024, apresentadas para efeitos comparativos:

RUBRICAS	31/12/2024 reexpresso	Ajustamentos	31/12/2024
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	694 477 499,23	-6 558 938,87	700 359 112,33
Património Líquido			
Resultados transitados	64 893 816,80	412 311,13	64 481 505,67
Excedentes de revalorização	0,00	-6 971 250,00	6 971 250,00

Foi efetuada uma análise retrospectiva, que abarca 2024/2025 vertida na nota 5 e 23.7.

Nota 3 - Ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2015, de 11 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, conforme o descrito no item 2.2.1.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método da linha reta.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	3 544 429,23	3 294 458,65	0,00	249 970,58	3 570 845,94	3 361 668,15	0,00	209 177,79
Programas de computador e sistemas de informação	1 838 842,46	1 401 701,68	0,00	437 140,78	2 107 013,58	1 773 513,83	0,00	333 499,75
Propriedade industrial e intelectual	790 644,21	690 805,79	0,00	99 838,42	848 317,08	695 035,82	0,00	153 281,26
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	7 828,70	0,00	0,00	7 828,70
TOTAL	6 173 915,90	5 386 966,12	0,00	786 949,78	6 534 005,30	5 830 217,80	0,00	703 787,50

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos de depreciações e amortização respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 443.251,68€.

e) Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortiz. do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	249 970,58	102 000,21	-2 156,80	0,00	0,00	0,00	-140 636,20	0,00	0,00	209 177,79
Programas de computador e sistemas de informação	437 140,78	192 587,62	2 156,80	0,00	0,00	0,00	-298 385,45	0,00	0,00	333 499,75
Propriedade industrial e intelectual	99 838,42	41 301,57	16 371,30	0,00	0,00	0,00	-4 230,03	0,00	0,00	153 281,26
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	24 200,00	-16 371,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 828,70
TOTAL	786 949,78	360 089,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-443 251,68	0,00	0,00	703 787,50

e.1) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	102 000,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102 000,21
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	192 587,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192 587,62
Propriedade industrial e intelectual	0,00	41 301,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41 301,57
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	24 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 200,00
TOTAL	0,00	360 089,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360 089,40

Notas à coluna “Compra”:

- A rubrica Projetos de desenvolvimento, inclui, entre outras a aquisição do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), o Projeto de criação de peças gráficas e respetivas aplicações intitulada - Cultura Matosinhos, a aquisição de uma Plataforma de cadastro e de software de contabilidade.
- A rubrica Programas de computador e sistemas de informação, inclui, entre outras a aquisição da Licença Global SIG.
- A rubrica Propriedade industrial e intelectual, inclui, entre outras a aquisição da Monitorização e Avaliação do PDM de Matosinhos e Ortofotomapas do Concelho de Matosinhos com voo digital de 2025.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Concedente (NCP 4 – ponto 4) – verificadas as condições, nomeadamente:

- de controlo ou regulação por parte do concedente diretamente ou através de entidade terceira, nos serviços que o concessionário tem de prestar e, no final da concessão controla - através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma - qualquer interesse residual no ativo.

O ativo foi contabilizado de acordo com a NCP 5 — Ativos Fixos Tangíveis, com uma classe de ativos separada (§ 9), encontram-se nestes termos os ativos afetos à concessão da INDAQUA.

Relativamente aos investimentos, entretanto realizados pela concessionária, conforme estabelecido num plano que integrava o acordo de concessão, não foram inventariados uma vez que ainda não estão reunidos todos os elementos que permitam mensurar e reconhecer devidamente esses ativos no património municipal.

No que diz respeito ao contrato de concessão estabelecido com EDP - Distribuição de Energia, S.A., atualmente designada E-REDES - Distribuição de Eletricidade S.A., aguardamos a informação definitiva enviada após certificação das contas reguladas da E-REDES, a fim de obtermos todos os ativos e tornar possível a inventariação nos termos preconizados por esta norma.

De acordo com a NCP 4, um concedente deve reconhecer um ativo proporcionado pelo concessionário, e uma melhoria de um ativo existente do concedente, como um ativo de concessão de serviços se:

- O concedente controlar ou regular quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço; e
- O concedente controla - através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma - qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No caso do grupo municipal, foram identificados 2 contratos que se enquadram na definição de concessão de serviços: contrato de concessão com a Indaqua e contrato de concessão com a E-Redes. Importa no entanto ressaltar que, de acordo com a Orientação Técnica n.º 1 da CNC (aprovada na reunião de 18 de fevereiro de 2025), existem dificuldades significativas na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento ou desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. Adicionalmente, existe dificuldade na mensuração da quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro com fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

Assim, ao abrigo da Orientação Técnica n.º 1 de 2025 da CNC, entendemos que, nesta situação muito específica, não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir

incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

	E-Redes	Indaqua
Data Celebração Contrato	25/07/2001	17/09/2007
Controlo durante o prazo de concessão	Existe a obrigação contratual de fornecimento de energia elétrica em baixa tensão a qualquer interessado que a requirir. As tarifas praticadas deverão estar de acordo com as tarifas de baixa tensão fixadas oficialmente.	A Indaqua deverá assegurar o abastecimento de água para consumo público e a recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, abrangendo a totalidade da população do Município. As tarifas e taxas fixadas estão sujeitas a aprovação do Município de Matosinhos.
Direito aos benefícios económicos futuros	A transferência do património da concessão para o Município far-se-á com contrapartida de uma indemnização a pagar à E-Redes correspondente ao valor líquido do património afeto à exploração.	Enquanto durar a concessão, a propriedade dos bens, equipamentos, infraestruturas e instalações que tiverem origem em investimentos da concessionária, pertencerá à concessionária, revertendo para o concedente finda a concessão, sem contrapartida.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> - Informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros; - Incertezas significativas relacionadas com a determinação da indemnização: determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser legalmente constituída. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento ou desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros.

RUBRICAS	Informação provisória com referência a 31/12/2025	Informação com referência a 31/12/2024	Informação com referência a 31/12/2025	Informação com referência a 31/12/2024
	E-Redes	E-Redes	Indaqua	Indaqua
Valor Bruto Ativos	110 536 059,99	107 035 549,44	74 150 079,95	73 227 623,32
Amortizações Acumuladas	-90 593 995,98	-89 367 380,15	-47 518 049,91	-43 860 878,91
Valor Líquido	19 942 064,01	17 668 169,29	26 632 030,04	29 366 744,41
Amortizações do Ano		1 686 523,53	3 657 171,00	3 538 480,25
Valor Subsidiado	31 784 589,60	30 411 069,00	0,00	0,00
Execução Subsídio	-24 370 200,39	-23 892 356,62	0,00	0,00
Subsídio por Executar	7 414 389,21	6 518 712,38	0,00	0,00
Execução do Ano		660 455,81	0,00	0,00

INDAQUA:

Verifica-se, que decorrente da execução do contrato de concessão com a INDÁQUA, relativo aos investimentos a serem executados, os mesmos ainda não foram considerados no ano económico de 2025, dado não estarmos na posse dos elementos para considerarmos estes ativos nos termos da NCP4 (inexistência de suporte documental de validação desta informação, nomeadamente, sustentado pela apresentação das respetivas receções dos investimentos atestados e validados por uma comissão designada para o efeito, ou a própria comissão de acompanhamento da concessão atual).

E-REDES:

O grupo municipal, no que refere à concessão da E-REDES (ex. EDP) reencetou as diligencias a fim de obter dados para contabilização dos ativos inerentes à concessão, assim como dos investimentos efetuados no decurso da mesma.

Contudo até ao final do período de elaboração de contas não foram obtidas as informações necessárias e suficientes.

Não obstante, ao abrigo da NCP 15, divulgamos na nota 15.2.2. o passivo contingente.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a quaisquer pagamentos, mas exclusivamente a recebimentos.

O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviços

ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos Anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de construção e subsequente exploração de parques de 3 parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	SABAPORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A. (a)	—	50 anos	—	—	—	—
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	—	(b)	—	—	—	—
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas	INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	66 804 087,64 €	25 anos	15 000 000,00 €	—	—	—
Contrato de concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas	DATAREDE, S.A. (c)	943 873,13 €	10 anos	975 300,00 €	—	—	—
Contrato de concessão de utilização privativa de parcelas do domínio público para instalação, manutenção e exploração de mobiliário urbano	DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA (Ex ALARGAMBITO II, LDA)	—	14 anos	14 488 768,00 €	—	—	—
Contrato de concessão de utilização privativa de parcelas do domínio público para instalação, manutenção e exploração de publicidade em suportes publicitários de médio e grande formato	DREAMMEDIA PORTUGAL, S.A.	—	7 anos	2 145 640,00 €	—	—	—
Contrato de concessão de utilização privativa de parcelas do domínio público para instalação, manutenção e exploração de publicidade em suportes publicitários de médio e grande formato - Zona Nascente	RED PORTUGUESA - PUBLICIDADE EXTERIOR, S.A.	—	7 anos	2 450 000,00 €	—	—	—

(a) O contrato de concessão de exploração dos parcometros já não está em vigor, mantendo-se o contrato de direito de superfície.

(b) Prorrogação automática do contrato de «Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão», até à instituição de novo modelo ou novos concursos (art.º 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro).

(c) Apenas está identificado um ativo, em virtude de outro estar incorporado noutra ativo sem concessão

A partir de 2011, iniciou-se o reconhecimento de Diferimentos das Rendas de concessão no montante global de 33.002.000,05 €, por contrapartida da conta de terceiros "Outros devedores e credores" (em POCAL), sendo que agora em SNC-AP, passou a ser na 27.0.x - Devedores por contratos de cedência.

Em 31.12.2025, as rubricas de Diferimentos contemplam o seguinte valor de rendas de concessão a receber:

Mapa 4.1 – Diferimentos das Rendas da Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem, de águas residuais

ENTIDADE	Valor Global	Período de diferimento (anos)	Data Final	IMPUTAÇÃO			VALOR A IMPUTAR - CURTO PRAZO	VALOR A IMPUTAR - MÉDIO E LONGO PRAZO
				2025	2024	Anos anteriores		
INDAQUA, S.A.	3 519 723,95	21	28/02/2033	167 605,90	167 605,90	2 011 270,80	167 605,90	1 005 635,45

Mapa 4.2 – Diferimentos das Rendas da Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão

ENTIDADE	Valor Global	Período de diferimento (anos)	Data Final	IMPUTAÇÃO			VALOR A IMPUTAR - CURTO PRAZO	VALOR A IMPUTAR - MÉDIO E LONGO PRAZO
				2025	2024	Anos anteriores		
E-REDES, S.A.	29 482 276,10	10	24/04/2021	-	-	29 482 276,10	-	-
E-REDES, S.A.	-	Prorrogação [art.º 285.º do D.L. n.º 15/2022, 14 janeiro]	-	3 790 757,42	3 683 082,23	10 196 989,79	-	-

Em julho 2024 e julho 2025 foram outorgados Contratos de Concessão de Uso Privativo do Domínio Público – «Instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano», pelo que se procedeu ao reconhecimento de diferimentos das rendas de concessão, conforme mapa abaixo.

Mapa 4.3 – Diferimentos das rendas das concessões de uso privativo do domínio público

ENTIDADE	Valor Global	Período de diferimento (anos)	Data Final	IMPUTAÇÃO			VALOR A IMPUTAR - CURTO PRAZO	VALOR A IMPUTAR - MÉDIO E LONGO PRAZO
				2025	2024	Anos anteriores		
DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA. (Ex. ALARGAMBITO II, LDA)	14 488 768,00	14	09/07/2038	1 034 912,00	517 456,00	0,00	1 034 912,00	11 901 488,00
DREAMMEDIA PORTUGAL, S.A.	2 145 640,00	7	03/07/2032	153 260,00	-	-	306 520,00	1 685 860,00
RED PORTUGUESA - PUBLICIDADE EXTERIOR, S.A.	2 450 000,00	7	03/07/2032	175 000,00	-	-	350 000,00	1 925 000,00

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo municipal utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma, reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 (CC2) constante do Anexo III do SNC-AP, nas atuais e futuras aquisições, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento

aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta Reexpresso	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada Reexpresso	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	13 055 600,67	0,00	0,00	13 055 600,67	18 298 179,61	0,00	0,00	18 298 179,61
Edifícios e outras construções	28 968 283,14	20 904 885,66	0,00	8 063 397,48	29 521 061,39	21 653 404,40	0,00	7 867 656,99
Infraestruturas	295 410 876,87	252 487 779,88	0,00	42 923 096,99	306 167 928,13	256 944 294,90	0,00	49 223 633,23
Património histórico, artístico e cultural	5 242 381,07	717 834,15	0,00	4 524 546,92	5 304 820,67	763 577,25	0,00	4 541 243,42
Outros bens de domínio público	23 838 309,35	5 965 108,28	0,00	17 873 201,07	24 866 791,19	7 487 742,39	0,00	17 379 048,80
Bens de domínio público em curso	14 434 635,45	0,00	0,00	14 434 635,45	18 531 783,78	0,00	0,00	18 531 783,78
	380 950 086,55	280 075 607,97	0,00	100 874 478,58	402 690 564,77	286 849 018,94	0,00	115 841 545,83
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	19 208 632,54	3 586 706,85	0,00	15 621 925,69	19 208 632,54	3 964 008,87	0,00	15 244 623,67
Infraestruturas	85 604 848,85	33 075 962,53	0,00	52 528 886,32	85 604 848,85	34 045 384,88	0,00	51 559 463,97
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104 813 481,39	36 662 669,38	0,00	68 150 812,01	104 813 481,39	38 009 393,75	0,00	66 804 087,64
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	158 375 867,25	0,00	0,00	158 375 867,25	158 258 933,24	0,00	0,00	158 258 933,24
Edifícios e outras construções	493 447 110,93	175 313 317,30	0,00	318 133 793,63	513 871 439,87	187 415 041,18	0,00	326 456 398,69
Equipamento básico	22 911 234,94	20 102 276,97	0,00	2 808 957,97	23 920 841,95	20 920 781,90	0,00	3 000 060,05
Equipamento de transporte	4 650 384,32	3 836 277,75	0,00	814 106,57	4 934 663,53	4 112 913,26	0,00	821 750,27
Equipamento administrativo	11 979 891,81	10 433 725,08	0,00	1 546 166,73	12 458 479,24	11 038 166,74	0,00	1 420 312,50
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	12 254 929,49	10 502 317,92	0,00	1 752 611,57	12 833 811,41	10 885 294,06	0,00	1 948 517,35
Ativos fixos tangíveis em curso	42 020 704,92	0,00	0,00	42 020 704,92	70 255 355,77	0,00	0,00	70 255 355,77
	745 640 123,66	220 187 915,02	0,00	525 452 208,64	796 533 525,01	234 372 197,14	0,00	562 161 327,87
TOTAL	1 231 403 691,60	536 926 192,37	0,00	694 477 499,23	1 304 037 571,17	559 230 609,83	0,00	744 806 961,34

Apresenta-se o resumo dos **Ativos Fixos Tangíveis em poder de terceiros**:

Mapa 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis em poder de terceiros

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	Cedidos em regime de concessão de exploração	Cedidos em regime de concessão de serviços	Cedidos em regime de arrendamento	Cedidos em regime de direito de superfície	Cedidos em regime de comodato	Ativos Fixos Tangíveis em Poder de Terceiros, não titulados	Empresas municipais	AFI em Poder de Terceiros, ao abrigo contrato programa desenvolvimento desportivo	Ativos Fixos Tangíveis reversíveis	Ativos Fixos Tangíveis implantados em propriedade alheia	Terrenos com imobilizações implantadas cedidos em direito de superfície oneroso
MUNICÍPIO (a)											
43.0.2.6.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349 424,65	0,00
43.0.2.9.3	0,00	0,00	0,00	7 925,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.2.9.4.01	0,00	15 244 623,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.2.9.9	0,00	0,00	60 355,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.3.9.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 112,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.3.9.4.01	0,00	51 559 463,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0.4.2	0,00	0,00	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	205 625,00	0,00	184 672,22	0,00	48 683,03	0,00	0,00
43.1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	129 322,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.1.9	0,00	0,00	3 359 132,06	14 691 852,59	15 271 750,07	68 314,40	46 493 730,54	0,00	8 820 336,13	0,00	553 444,50
43.2.1.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132 744 651,43	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.1.2	4 088 573,75	0,00	10 112 224,03	58 309,54	3 330 284,56	0,00	1 758 313,54	0,00	0,00	598 351,85	0,00
43.2.1.3	0,00	0,00	0,00	0,00	1 728 732,99	0,00	531 798,70	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.1.4	0,00	0,00	0,00	0,00	4 010 406,69	0,00	660 593,81	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.1.5	0,00	0,00	0,00	0,00	192 105,00	0,00	729 008,04	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.1.6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724 903,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.1	0,00	0,00	0,00	0,00	733 313,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.2	0,00	0,00	0,00	21 415,12	2 562 740,09	0,00	168 723,59	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 927,40	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.5	0,00	0,00	0,00	0,00	526 319,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.6	0,00	0,00	0,00	0,00	273 885,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.3.9	0,00	0,00	0,00	0,00	6 665 848,95	0,00	141 963,23	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.4.1	0,00	943 873,13	0,00	0,00	7 824,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.5.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 872 640,36	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.5.2	0,00	0,00	0,00	0,00	186 037,79	0,00	7 791 963,27	1 207 764,02	0,00	0,00	0,00
43.2.5.3	0,00	0,00	485 422,43	0,00	64 221,67	0,00	3 192 195,82	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.5.4	0,00	0,00	0,00	182 016,04	196 531,71	0,00	9 487 112,15	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2.9	0,00	0,00	0,00	138 545,33	6 218 910,07	0,00	24 920,82	0,00	0,00	0,00	1 862 322,09
43.3.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 521,47	0,00	0,00	0,00	0,00
43.3.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 873,87	0,00	0,00	0,00	0,00
43.3.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 243,27	0,00	0,00	0,00	0,00
43.7.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 277,51	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 088 573,75	67 747 960,77	14 017 183,67	15 100 064,23	42 303 861,62	793 218,12	214 872 243,04	1 207 764,02	8 869 019,16	947 776,50	2 415 766,59

(a) Nos ativos fixos tangíveis em poder de terceiros existem ativos cedidos em simultâneo em várias vertentes.

Apresenta-se o detalhe dos **bens sem valorização** que constam no inventário:

Mapa 5.1A - Tipologia de bens sem valorização

ENTIDADE	TIPOLOGIA DE BEM	# Bens
MUNICÍPIO	Armários	12
	Cadeiras	127
	Eletrodomésticos	79
	Mesas	21
	Obras de arte	517
	Outros	84
	Terrenos	113
TOTAL		953

Os bens adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo valor resultante do valor de mercado ou do valor patrimonial tributário. Caso este critério não seja exequível, o ativo assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização desses bens, conforme referido anteriormente, estes são inventariados com valor zero.

e) Ativos fixos tangíveis e quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período

RUBRICAS	Variações no período									
	Quantia Escriturada Inicial Reexpresso	Adições Reexpresso	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período (1)	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	13 055 600,67	5 068 293,67	174 285,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 298 179,61
Edifícios e outras construções	8 063 397,48	19 114,78	533 663,47	0,00	0,00	0,00	-748 518,74	0,00	0,00	7 867 656,99
Infraestruturas	42 923 096,99	194 543,53	10 562 507,73	0,00	0,00	0,00	-4 456 515,02	0,00	0,00	49 223 633,23
Património histórico, artístico e cultural	4 524 546,92	62 439,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 743,10	0,00	0,00	4 541 243,42
Outros bens de domínio público	17 873 201,07	76 946,34	951 535,50	0,00	0,00	0,00	-1 522 634,11	0,00	0,00	17 379 048,80
Outros Bens de domínio público em curso	14 434 635,45	15 923 480,54	-11 826 332,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 531 783,78
	100 874 478,58	21 344 818,46	395 659,76	0,00	0,00	0,00	-6 773 410,97	0,00	0,00	115 841 545,83
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	15 621 925,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-377 302,02	0,00	0,00	15 244 623,67
Infraestruturas	52 528 886,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-969 422,35	0,00	0,00	51 559 463,97
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	68 150 812,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 346 724,37	0,00	0,00	66 804 087,64
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	158 375 867,25	173 175,00	233 444,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-523 553,97	158 258 933,24
Edifícios e outras construções	318 133 793,63	455 466,02	19 968 862,92	0,00	0,00	0,00	-12 101 723,88	0,00	0,00	326 456 398,69
Equipamento básico	2 808 957,97	1 028 587,84	9 655,50	0,00	0,00	0,00	-846 966,06	0,00	-175,20	3 000 060,05
Equipamento de transporte	814 106,57	365 027,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-357 384,22	0,00	0,00	821 750,27
Equipamento administrativo	1 546 166,73	478 140,86	3 095,58	0,00	0,00	0,00	-606 876,75	0,00	-213,92	1 420 312,50
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 752 611,57	583 016,04	3 964,40	0,00	0,00	0,00	-391 074,66	0,00	0,00	1 948 517,35
Ativos fixos tangíveis em curso	42 020 704,92	49 128 704,96	-20 894 054,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 255 355,77
	525 452 208,64	52 212 118,64	-675 030,75	0,00	0,00	0,00	-14 304 025,57	0,00	-523 943,09	562 161 327,87
TOTAL	694 477 499,23	73 556 937,10	-279 370,99	0,00	0,00	0,00	-22 424 160,91	0,00	-523 943,09	744 806 961,34

(1) Ver ponto 5.2.

Notas à coluna “Adições”:

- Foi efetuada uma análise retrospectiva, que abarca 2024/2025 vertida na nota 2.7 e 23.7.

Notas à coluna “Transf. Internas à Entidade”:

- O total da coluna, habitualmente nula, tem o valor de -279.370,99€, que se refere à transferência de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento de:
 - Renovação da cobertura do Centro de Inovação de Matosinhos e do Edifício das Repartições Públicas;
 - Dos Quiosques Cemitério Senhora da Hora e Cemitério de Sendim n.º 1, 2 e 3 (ver Quadro 8.2 - Propriedades de Investimento: modelo custo).

Notas à rubrica “Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural”:

- Apresenta-se o detalhe dos bens de domínio público que não foram objeto de depreciação:

Mapa 5.2.1 - Tipologia de bens de domínio público sem amortização

ENTIDADE	TIPOLOGIA DE BEM	# Bens
MUNICÍPIO	Obras de arte	248
	Parcela de terreno cedida ao domínio público	120
	Terrenos	278
TOTAL		646

- Nesta rubrica constam bens de domínio público que não foram objeto de depreciação e que

se referem a:

- Terrenos, que, de acordo com o § 52, Ponto 6.1.1 da NCP5, não estão sujeitos a depreciação; e
- Obras de arte, coleções e antiguidades, que, por evidenciarem determinadas características, tais como, serem insubstituíveis, o seu valor poder aumentar ao longo do tempo ou ser difícil estimar as suas vidas úteis (Ponto 2.1 da NCP5).

Notas à rubrica “Edifícios e outras construções”:

- Nesta rubrica constam bens em uso e sem uso totalmente depreciados, tais como escolas, ringues e armazéns, entre outros:

Mapa 5.2.2 - Listagem de bens em uso e sem uso totalmente depreciado

DESCRIÇÃO DO BEM	N.º INVENTÁRIO
Bens em uso totalmente depreciados	
ESCOLA EB1 DE SANTANA-ESCOLA (ESCOLA DESACTIVADA)	38350
POLIDESPORTIVO DA GUARDA	41732
POLIDESPORTIVO DO SEIXO	41738
RINGUE DESPORTIVO DE SANTANA - LEÇA DO BALIO	51370
ARMAZÉM DE APOIO À PRAIA NORTE - POLISMATOSINHOS	62580
ARMAZÉM DE APOIO À PRAIA CENTRO - POLISMATOSINHOS	62581
ARMAZÉM DE APOIO À PRAIA SUL - POLISMATOSINHOS	62582
ANTIGA ESCOLA DA VISCONDESSA (JUNTA DE FREGUESIA E SEDE DOS ESCUTEIROS)	112315
Bens sem uso totalmente depreciados	
QUINTA DA CONCEIÇÃO-EDIFÍCIO (QUARTEL DA G.N.R.)	38309
ESCOLA N. SRª DA GUIA-ESCOLA (DESATIVADA)	38445

e.1) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis – Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perda a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras Reexpresso	Total Reexpresso
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	16 703,67	5 051 590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 068 293,67
Edifícios e outras construções	0,00	19 114,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 114,78
Infraestruturas	0,00	194 543,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194 543,53
Património histórico, artístico e cultural	0,00	50 439,60	0,00	0,00	0,00	12 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 439,60
Outros bens de domínio público	0,00	76 946,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76 946,34
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	15 763 248,57	0,00	0,00	160 231,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 923 480,54
	0,00	16 104 292,82	0,00	0,00	176 935,64	5 063 590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 344 818,46
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	92 550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 625,00	173 175,00
Edifícios e outras construções	0,00	213 591,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241 875,00	455 466,02
Equipamento básico	0,00	1 004 217,84	0,00	0,00	0,00	24 370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 028 587,84
Equipamento de transporte	0,00	365 027,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365 027,92
Equipamento administrativo	0,00	478 140,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478 140,86
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	583 016,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583 016,04
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	49 127 493,67	0,00	0,00	1 211,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 128 704,96
	0,00	51 771 487,35	0,00	92 550,00	1 211,29	24 370,00	0,00	0,00	0,00	322 500,00	52 212 118,64
TOTAL	0,00	67 875 780,17	0,00	92 550,00	178 146,93	5 087 960,00	0,00	0,00	0,00	322 500,00	73 556 937,10

Notas à coluna “Compra”:

- A rubrica “Outros AFT – Edifícios e outras construções”, inclui a aquisição relativa às Renovações da E.B. 2, 3 de Perafita, Armazéns Gerais, Mercado de Angeiras, obras de reabilitação no edifício sede da Matosinhos Habit, entre outros.
- A rubrica “Outros AFT – Equipamento básico”, inclui as aquisições relativas a Computadores, Cabine de pintura, Projetores, Marcador Eletrónico, Quiosques, Leitores USB para Plataforma Siga, Armários frigoríficos, Máquinas diversas, Material desportivo, Livros para as bibliotecas municipais, entre outros.
- A rubrica “Outros AFT – Equipamento de transporte”, inclui as aquisições relativas a viaturas Ford Transit adaptadas para unidade móvel de atendimento, Atrelados, Veículo elétrico de 9 lugares, Viaturas de apoio a diversas atividades, entre outros.
- A rubrica “Outros AFT – Equipamento administrativo”, inclui as aquisições relativas a Sistema de contagem de pessoas, Mupis informativos, Mesas interativas, Impressoras, Portáteis, entre outros.
- A rubrica “Outros AFT – Outros”, inclui as aquisições relativas a Suporte de estrutura para estacionamento de bicicletas, Torres de vigia e material para as praias, wallbox trifásica, entre outros.

Notas à coluna “Doação, Herança, Legado ou Perdido a favor do Estado”:

- Apresenta-se o detalhe desta rubrica por tipologia de bem:

Mapa 5.2A - Tipologia de bens doados e cedências ao domínio público

ENTIDADE	TIPOLOGIA DE BEM	31/12/2025
MUNICÍPIO	Parcela de terreno cedida ao domínio público	5 051 590,00
	Livros	24 370,00
	Obras de arte	12 000,00
TOTAL		5 087 960,00

Este valor consta igualmente no Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação, na rubrica Legado, Ofertas e Doações e nos Donativos em espécie do Mapa 23.7 – Outras Variações no Património Líquido.

O grupo municipal, nomeadamente o Município, procede ao reconhecimento patrimonial das áreas de cedência para o domínio público (vias, espaços verdes e infraestruturas) e domínio privado municipal, resultantes de operações urbanísticas, com base na informação remetida pelos serviços de urbanismo. Não obstante o rigor dos procedimentos atuais, importa referir

que, à data de encerramento do presente exercício, não é possível garantir a plenitude de todos os ativos desta natureza refletidos no Balanço, no que concerne a operações ocorridas em períodos anteriores a 2019.

Desde 2019, o Departamento de Gestão Urbanística instituiu um mecanismo de reporte sistemático e estruturado das áreas de cedência à Divisão de Gestão Patrimonial. Este procedimento assegura que os novos ativos fixos tangíveis incorporados no património municipal por via de licenciamento urbanístico são devidamente georreferenciados, valorizados e integrados no inventário e no Balanço.

Com o intuito de regularizar o acervo histórico de cedências anteriores a 2019, o grupo municipal encetou já um procedimento pré-contratual de elevada dimensão, que visa [1] a recuperação, organização e vectorização de um acervo estimado em cerca de 40.000 processos de obras particulares (construção, ampliação, remodelação e demolição), [2] a georreferenciação de registos que se encontram atualmente em formatos digitais desorganizados ou registos tabulares isolados, permitindo a sua integração plena no Sistema de Informação Geográfica (SIG) municipal, [3] a identificação inequívoca das áreas de cedência devidas ao grupo municipal para posterior comunicação à Divisão de Gestão Patrimonial e consequente relevação contabilística, garantindo a integridade do sistema de informação patrimonial e do cadastro municipal. Distribuição AQUISICAO/2026/1.

Notas à coluna “Outras”:

- Durante o exercício findo de 2025, verificou-se a inventariação de um ativo, o terreno e edifício dos Antigos Reservatórios do Corpo Santo em Leça da Palmeira que não se encontravam registados no inventário inicial – inventário n.º 146375 e 146374.

e.2) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes diminuições:

Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-523 553,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-523 553,97
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-175,20	-175,20
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-213,92	-213,92
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-523 553,97	0,00	0,00	0,00	-389,12	-523 943,09
TOTAL	-523 553,97	0,00	0,00	0,00	-389,12	-523 943,09

Notas à coluna “Alienação a Título Oneroso”:

- Alienação de lotes de terreno (Urbanização dos Caulinos).

Notas à coluna “Outras”:

- Este valor representa o valor líquido dos bens abatidos no período. Apresenta-se o detalhe desta rubrica por tipologia de bem:

Mapa 5.2B - Tipologia de bens abatidos

ENTIDADE	TIPOLOGIA DE BEM	# Bens	31/12/2025
MUNICÍPIO	Armários	4	0,00
	Cadeiras	329	213,92
	Eletrodomésticos	5	175,20
	Mesas	195	0,00
	Outros	45	0,00
	Viaturas	4	0,00
TOTAL		582	389,12

5.2. Depreciações reconhecidas nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos

Os gastos e reversões de depreciações respeitantes a ativos fixos tangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 22.384.027,60€.

Nas Depreciações do Período não estão refletidos 40.133,31€, movimentados na conta 43.8 de depreciações acumuladas, que não resultaram de depreciações do período, mas de regularizações de anos anteriores, pelo que a conta de contrapartida utilizada não foi a 64.2 (Quadro 5.2). Este valor é referente à regularização das depreciações dos anos de 2009 a 2024 do Parque Recreativo do C.H. da Bateria (inventário n.º 98400, EDOC/2026/4231).

Nota 6 – Locações

6.1. Locações operacionais - locatários

No grupo municipal existem contratos de locação operacional, cujos dados se apresentam no seguinte quadro, discriminado por entidade:

Quadro 6.1 - Locações operacionais - locatário

ENTIDADE	Bens Locados	Valor Contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros Pagamentos mínimos			
			Período	Acumulados	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
MUNICIPIO	Terrenos	2 218 732,74	108 120,77	1 192 759,28	113 118,11	530 673,16	274 061,42	917 852,69
	Espaços	362 508,38	148 305,41	109 789,12	96 465,29	7 948,56	0,00	104 413,85
	Rendas lojas	329 726,95	115 523,98	109 789,12	96 465,29	7 948,56	0,00	104 413,85
	Stands	32 781,43	32 781,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Equipamentos	2 859 440,57	738 482,21	639 672,85	739 693,57	741 591,94	0,00	1 481 285,51
	Viaturas	1 647 696,31	257 680,10	366 919,97	463 826,66	559 269,58	0,00	1 023 096,24
	Equipamentos Informática	625 159,80	130 685,08	202 278,42	135 488,68	156 707,62	0,00	292 196,30
	Mobiliário urbano	56 951,77	56 951,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Palcos	182 596,13	113 337,48	0,00	69 258,65	0,00	0,00	69 258,65
	Salas pré-fabricadas	139 496,61	66 433,17	27 236,73	45 826,71	0,00	0,00	45 826,71
	Aluguer equip. (vespas)	71 956,68	15 191,41	12 854,27	18 296,26	25 614,74	0,00	43 911,00
	Sanitários	49 768,63	17 657,88	30 383,46	1 727,29	0,00	0,00	1 727,29
	Purificadores água	1 682,64	841,32	0,00	841,32	0,00	0,00	841,32
	Cacifos / Camarins	84 132,00	79 704,00	0,00	4 428,00	0,00	0,00	4 428,00
	Outras habitações	196 840,90	99 609,93	0,00	97 230,97	0,00	0,00	97 230,97
	Materiais e outros bens	432 414,59	239 257,32	99 284,96	89 545,66	4 326,65	0,00	93 872,31
	Localização veículos	73 371,96	24 766,67	28 282,93	20 322,36	0,00	0,00	20 322,36
Material Audiovisual / Geradores / Outros	359 042,63	214 490,65	71 002,03	69 223,30	4 326,65	0,00	73 549,95	
TOTAL	6 069 937,18	1 333 775,64	2 041 506,21	1 136 053,60	1 284 540,31	274 061,42	2 694 655,33	
MATOSINHOS HABIT	Equipamentos	266 311,51	69 716,92	200 324,55	56 661,18	53 517,32	0,00	110 178,50
	Viaturas	205 305,11	53 282,22	166 757,85	35 698,40	39 746,93	0,00	75 445,33
	Equipamentos Informática	61 006,40	16 434,70	33 566,70	20 962,78	13 770,39	0,00	34 733,17
	Contentores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros	47 376,00	6 265,62	32 688,48	7 675,20	12 168,00	0,00	19 843,20
	Licenças de Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renting fotocopiadoras	47 376,00	6 265,62	32 688,48	7 675,20	12 168,00	0,00	19 843,20	
TOTAL	313 687,51	75 982,54	233 013,03	64 336,38	65 685,32	0,00	130 021,70	
TOTAL	6 383 624,69	1 409 758,18	2 274 519,24	1 200 389,98	1 350 225,63	274 061,42	2 824 677,03	

6.2. Locações operacionais - locadores

No grupo municipal existem contratos de locação operacional, cujos dados se apresentam no seguinte quadro, discriminado por entidade:

Quadro 6.2 - Locações operacionais - locador

ENTIDADE	Bens Locados	Valor do contrato ¹	Rendimentos do Período	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros Pagamentos mínimos			
				Período	Acumulado	Até 1 ano ²	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(10)=(5)+(6)+(7)
MUNICIPIO	Terrenos	29 513,20	7 334,92	7 334,92	7 179,84	7 499,22	7 499,22	0,00	14 998,44
	Espaços	2 740 866,50	303 214,78	301 569,06	1 767 223,02	182 874,48	301 440,44	187 759,50	672 074,42
	Alojamento Local / Albergue	510 880,50	8 733,00	8 733,00	0,00	52 398,00	261 990,00	187 759,50	502 147,50
	Ecocentro	2 030 579,41	251 958,24	251 958,24	1 693 737,73	84 883,44	0,00	0,00	84 883,44
	Lojas	48 277,44	13 730,98	12 085,26	13 357,62	16 310,40	6 524,16	0,00	22 834,56
	Restauração	151 129,15	28 792,56	28 792,56	60 127,67	29 282,64	32 926,28	0,00	62 208,92
	Equipamentos	19,80	19,80	19,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2 770 399,50	310 569,50	308 923,78	1 774 402,86	190 373,70	308 939,66	187 759,50	687 072,86

(1) Valor contrato = 3 + 4 + 10.

(2) Inclui ajustamento referente a pagamentos não efetuados pelo Locatário no período, no montante de 3.262,08€.

Nos contratos de locação operacional em que o grupo municipal é o locador, o valor dos contratos foi apurado com base na informação das rendas anuais registadas. Os pagamentos acumulados e do período foram obtidos através do somatório dos valores cobrados a cada uma das entidades, de acordo com a vigência dos respetivos contratos e/ou suas prorrogações.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

O tratamento dos custos com empréstimos obtidos, está prescrito na NCP 7 – Custos de empréstimos obtidos:

- Modelo do Gasto – devem ser reconhecidos como gasto no período em que são suportados, independentemente de como esses empréstimos são aplicados (§ 3).
- Modelo da Capitalização – devem ser reconhecidos quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica devendo ser capitalizados como parte do custo desse ativo (§ 4).

O grupo municipal, adota o modelo do gasto, aos empréstimos obtidos até 31-12-2019, incluindo os relativos a ativos que se qualificam, dado que os seus processos já se encontram concluídos. Os custos de empréstimos obtidos em 2025 do grupo municipal, foram reconhecidos como definido na norma acima referida e constam do seguinte quadro e mapa:

Quadro 7 - Custos dos empréstimos obtidos

CUSTO EMPRÉSTIMOS	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Modelo do Gasto	1 363 030,28	2 045 509,38	-682 479,10	2 921 326,57
Modelo Capitalização	245 824,59	246 200,96	-376,37	316 965,77
Total	1 608 854,87	2 291 710,34	-682 855,47	3 238 292,34

Mapa 7.1 - Modelo de capitalização - discriminação por empréstimo/ativos

EMP. 2594/001404/291	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Ligação da Av. Edison Magalhães à Escola Básica da Cruz de Pau	0,00	0,00	0,00	9 683,69
Casa do Alertinha	0,00	0,00	0,00	2 423,96
Mobilidade em Matosinhos: Ligação da A28 à Petrogal	0,00	0,00	0,00	6 841,53
Reabilitação da EB da Agudela	0,00	0,00	0,00	23 793,94
Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	65 013,02	117 832,16	-52 819,14	65 644,69
TOTAL	65 013,02	117 832,16	-52 819,14	108 387,81

EMP. 2594/001999/091	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	0,00	0,00	0,00	50 330,53
TOTAL	0,00	0,00	0,00	50 330,53

EMP. 1290781/830/040	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	26 832,93	61 139,96	-34 307,03	69 198,01
TOTAL	26 832,93	61 139,96	-34 307,03	69 198,01

EMP. 2594/002118/991	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Recarei ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Ponte do Carro ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Chouso	7 873,58	1 053,48	6 820,10	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Seixo II	21 570,90	2 983,05	18 587,85	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Custió	106 095,05	10 296,14	95 798,91	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Cruz de Pau	0,00	3 023,88	-3 023,88	7 660,71
Programa Qualidade 100%	0,00	0,00	0,00	3 168,90
Aquisição do Campo de Jogos do Senhora da Hora Futebol Clube	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos e edifícios destinados à Requalificação Urbanística do Concelho	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisi. da Loja 22 (fração "X") do Edifício da Antiga Câmara	0,00	0,00	0,00	0,00
Caminho Rural - Ligação entre Rua dos Caçadores e a Rua dos Marrecos, Larva	757,45	3 921,43	-3 163,98	1 281,47
Aquisição terreno envolvente ao Castro de Guifões	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	136 296,98	21 277,98	115 019,00	12 111,08

⁽¹⁾ Candidatura PRR / IHRU aprovada

EMP. 2594/002466/891	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Obras de remodelação e recuperação do edifício da antiga junta de freguesia de Stª Cruz do Bispo	5 756,53	1 579,99	4 176,54	0,00
Reabilitação e conservação de instalações de serviços (edifício dos antigos SMAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação e modernização do edifício dos Paços do Concelho	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação das instalações dos escuteiros de Leça da Palmeira	346,44	0,00	346,44	0,00
Parques e jardins - Parque Basílio Teles	204,22	0,00	204,22	0,00
Gestão da rede de águas pluviais - execução de ramais e redes de águas pluviais	1 213,54	19 854,81	-18 641,27	0,00
Mapa Angeiras - novos aprestos de praia	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabilitação do Campo Desportivo Óscar Marques - 2ª fase	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação de arruamentos de Matosinhos Sul	11 760,38	2 878,31	8 882,07	0,00
Ligação da rua de Linhares ao Parque da Ciência	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução de infraestruturas na sequência de aprovação de AUDAC	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficiação das condições de mobilidade do concelho	-1 599,45	21 637,75	-23 237,20	0,00
Cidade digital: interligação em fibra de ativos municipais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17 681,66	45 950,86	-28 269,20	0,00

NORTE-08-5673-FEDER-000147	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Escola Secundária da Boa nova, Leça da Palmeira	0,00	0,00	0,00	18 916,64
TOTAL	0,00	0,00	0,00	18 916,64

NORTE-08-5673-FEDER-000148	2025	2024	Variação 25-24	∑ 2023/2021
Escola Secundária Abel Salazar, S. Mamede de Infesta	0,00	0,00	0,00	58 021,70
TOTAL	0,00	0,00	0,00	58 021,70

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O grupo municipal escolheu aplicar às propriedades de investimento o modelo do custo (§ 60 da NCP 8), pelo que deve mensurar todas as suas propriedades de investimento de acordo com os requisitos da NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis, isto é, ao custo menos depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas (Ver nota 2.2.6).

8.1. Propriedades de investimento – divulgação ao justo valor

Em cumprimento do § 34 da NCP 8, abaixo apresenta-se a divulgação das propriedades de investimento ao justo valor:

Mapa 8.1 – Justo Valor das Propriedades de Investimento

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	31/12/2025
Antigo Posto Turismo Matosinhos – Parque Basílio Teles	148 000,00
Casa de Chá – Restaurante da Boa Nova	1 420 000,00
Centro de Inovação de Matosinhos	8 900 000,00
Edifício das Repartições Públicas	8 926 000,00
Equipamento de Apoio à Praia de Leça	200 000,00
Parque de Campismo de Angeiras	4 117 460,00
Quiosque do Mercado de Matosinhos	32 500,00
Restaurante do Parque das Varas	728 478,00

O justo valor das propriedades de investimento divulgado no presente anexo tem por base a avaliação efetuada por peritos independentes e profissionalmente qualificados no exercício de 2024.

No exercício de 2025, a Entidade não procedeu a nova avaliação formal, atendendo à inexistência de alterações significativas nas condições do mercado imobiliário relevantes para os ativos em causa, bem como à ausência de indícios de variações materiais no respetivo justo valor.

Assim, a última avaliação disponível continua a proporcionar uma estimativa fiável do justo valor destas propriedades, não tendo sido identificados fatores que justifiquem a sua atualização no período. Consequentemente, considera-se que a divulgação efetuada se mantém adequada e em conformidade com os requisitos da NCP 8.

8.2. Propriedades de investimento – modelo do custo

a) Bases de mensuração

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma, reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

b) Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 8.2 – Propriedades de Investimento: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (Modelo do Custo)							Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transf. Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições			Rendas (1)	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	2 849 632,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 849 632,38	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções (2)	2 933 264,65	-13,38	279 370,99	-146 979,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3 065 642,59	0,00	687 412,51	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	6 088,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 088,50	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5 782 897,03	6 075,12	279 370,99	-146 979,67	0,00	0,00	0,00	0,00	5 921 363,47	0,00	687 412,51	0,00

(1) Os rendimentos do período apresentados são os recebidos no período

(2) Apresenta-se a relação das propriedades de investimento no período:

- Com rendimento (refletido no Mapa 13):
 - Antigo Posto Turismo Matosinhos - Parque Basílio Teles;
 - Centro de Inovação de Matosinhos;
 - Edifício das Repartições Públicas;
 - Equipamento de Apoio à Praia de Leça;
 - Parque de Campismo de Angeiras;
 - Quiosque do Mercado de Matosinhos;
 - Restaurante do Parque das Varas.
- Sem rendimento:
 - Casa de Chá – Restaurante da Boa Nova;
 - Quiosques Cemitério Senhora da Hora e Cemitério de Sendim n.º 1, 2 e 3 (em curso Procedimento Concursal para a Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal, para a ocupação e exploração de quiosques de venda de flores e velas - EDOC/2025/41930).

Notas à coluna “Trans. Internas à Entidade”:

- O total da coluna, habitualmente nula, tem o valor de 279.370,99 €, que se refere à transferência de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento de:
 - Renovação da cobertura do Centro de Inovação de Matosinhos e do Edifício das Repartições Públicas;
 - Dos Quiosques Cemitério Senhora da Hora e Cemitério de Sendim n.º 1, 2 e 3 (ver Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período).

b.1) Propriedades de investimento – adições:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições

RUBRICAS	Adições (Modelo do Custo)										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	-13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13,38
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	6 088,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 088,50
TOTAL	0,00	6 075,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 075,12

c) Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

Apresenta-se mapa das variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas das Propriedades de Investimento, ocorridas durante o período de 2025:

Mapa 8.4 - Propriedades de Investimento - Variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
PROPRIÉDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	2 849 632,38	0,00	0,00	2 849 632,38	2 849 632,38	0,00	0,00	2 849 632,38
Edifícios e Outras Construções	8 229 803,26	5 296 538,61	0,00	2 933 264,65	8 509 160,87	5 443 518,28	0,00	3 065 642,59
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	6 088,50	0,00	0,00	6 088,50
TOTAL	11 079 435,64	5 296 538,61	0,00	5 782 897,03	11 364 881,75	5 443 518,28	0,00	5 921 363,47

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma, reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

Apresenta-se o resumo das **Propriedades de Investimento em poder de terceiros**:

Mapa 8.5 - Propriedades de Investimento em poder de terceiros

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL	Cedidos em regime de concessão de exploração	Cedidos em regime de arrendamento	Cedidos em regime de comodato
MUNICÍPIO			
42.1.9	0,00	2 253 070,10	1 455 492,26
42.2.9	377 486,38	2 003 218,01	960 013,14
TOTAL	377 486,38	4 256 288,11	2 415 505,40

Nota 9 – Imparidade de ativos

Relativamente aos ativos que não estão mensurados ao justo valor através dos resultados e nos que se verificaram indícios de imparidade, o grupo municipal avaliou as imparidades respetivas. Apresenta-se quadro com informação relativa às imparidades de ativos, constituídas com os seguintes critérios:

- Contas a receber:

- Cobertura de 100% dos créditos em atraso superiores a 12 meses;
- TRSU: cobertura de 100% dos créditos em atraso superiores a 6 meses [Lei n.º 23/96, 26 julho];
- Cobertura de 100% dos créditos em que ocorre ação judicial;
- A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua, com base na antiguidade de cada saldo e incumprimento no pagamento, situação financeira e probabilidade de o devedor entrar em insolvência/contencioso (nas empresas municipais).
- **Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:**
 - Cobertura a 100% do valor dos artigos sem rotatividade superior a 12 meses.
- **Investimentos financeiros:**
 - nos termos NCP 18, ponto 6, § 24.

Quadro 9.1 - Quantia escriturada recuperável

RUBRICA	Quantia Bruta	Perdas por Imparidades Acumulada	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	4 971 377,74	0,00	4 971 377,74
Clientes, contribuintes e utentes	2 581 400,48	1 767 782,19	813 618,29
Outras contas a receber e a pagar	77 215 996,39	4 503 642,84	72 712 353,55
Mercadorias	3 471,89	3 471,89	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	94 907,18	15 951,17	78 956,01
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	24 620 632,66	0,00	24 620 632,66
Propriedades de investimento	5 915 274,97	0,00	5 915 274,97
Ativos fixos tangíveis	655 435 017,66	0,00	655 435 017,66
Ativos intangíveis	582 652,63	0,00	582 652,63
Investimentos em curso	88 801 056,75	0,00	88 801 056,75
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00
TOTAL	860 221 788,35	6 290 848,09	853 930 940,26

Apresenta-se o mapa em que se detalham os movimentos ocorridos no ano de 2025 das contas de perdas por imparidades:

Quadro 9.2 - Movimentos de imparidades por ativos

RUBRICA	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes, contribuintes e utentes	1 625 886,63	155 002,70	13 107,14	1 767 782,19
Outras contas a receber e a pagar	2 471 440,16	2 032 512,95	310,27	4 503 642,84
Mercadorias	3 471,89	0,00	0,00	3 471,89
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10 994,96	5 951,54	995,33	15 951,17
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 111 793,64	2 193 467,19	14 412,74	6 290 848,09

Nota 10 - Inventários

a) Políticas contabilísticas e método de custeio usado

O método de custeio adotado pelo grupo municipal é o Custo Médio Ponderado [§ 33 da NCP 10].

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2025, os Inventários encontram-se registados pelos seguintes valores:

Quadro 10.1 - Inventários

RUBRICA	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	3 471,89	3 471,89	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	94 907,18	15 951,17	78 956,01
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	98 379,07	19 423,06	78 956,01

c) Inventários – movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período:

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

RUBRICA	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Liquidadas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	0,00	40 134,77	40 152,68	0,00	0,00	0,00	0,00	17,91	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	92 069,95	1 575 461,56	1 608 641,78	0,00	5 951,54	995,33	8 176,00	33 198,49	78 956,01
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	92 069,95	1 615 596,33	1 648 794,46	0,00	5 951,54	995,33	8 176,00	33 216,40	78 956,01

As perdas por imparidade decorrem da existência em armazém de bens com utilização reduzida e as reversões refletem o incremento da utilização de bens em stock.

O valor identificado em “Outras reduções de inventários” e “Outros aumentos de inventários” refletem a reconciliação dos registos da conta 31 – Compras de Inventários, reportados por Aprovisionamento e Contabilidade.

Nota 11 – Ativos biológicos

O grupo municipal não é detentor de ativos biológicos enquadráveis na NCP 11.

Nota 12 – Contratos de construção

A atividade do grupo municipal não originou nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, nos termos da NCP 12.

Nota 13/14 — Rendimentos com contraprestação e sem contraprestação

O grupo municipal aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Apresenta-se quadro resumo a 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos movimentos ocorridos:

Mapa 13/14 - Rendimentos com contraprestação e sem contraprestação

TIPO DE TRANSAÇÃO	Rendimento com contraprestação	Rendimento sem contraprestação	Total Rendimento	Rendimento com contraprestação	Rendimento sem contraprestação	Total Rendimento
	31/12/2025			31/12/2024		
Impostos, contribuições e taxas	21 328 384,58	87 926 669,45	109 255 054,03	16 132 166,89	72 190 784,35	88 322 951,24
Taxas, multas e outras penalidades	21 328 384,58	1 312 629,93	22 641 014,51	16 132 166,89	1 130 768,19	17 262 935,08
Impostos Diretos	0,00	43 294 714,57	43 294 714,57	0,00	40 577 950,52	40 577 950,52
Impostos Indiretos	0,00	43 319 324,95	43 319 324,95	0,00	30 482 065,64	30 482 065,64
Vendas	35 528,63	0,00	35 528,63	35 962,90	0,00	35 962,90
Prestações de serviços e concessões	28 949 195,23	0,00	28 949 195,23	25 468 234,68	0,00	25 468 234,68
Prestações de serviços	17 516 074,57	0,00	17 516 074,57	15 645 581,97	0,00	15 645 581,97
Rendas/Concessões	11 433 120,66	0,00	11 433 120,66	9 822 652,71	0,00	9 822 652,71
Transferências e subsídios correntes obtidos	1 972 984,16	53 915 217,90	55 888 202,06	1 832 695,98	49 019 520,65	50 852 216,63
Transferências e subsídios correntes obtidos	0,00	53 915 217,90	53 915 217,90	0,00	49 019 520,65	49 019 520,65
Prestações de serviços	1 972 984,16	0,00	1 972 984,16	1 832 695,98	0,00	1 832 695,98
Rendimentos/Custos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	347 536,22	0,00	347 536,22	10 028,61	0,00	10 028,61
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	347 536,22	0,00	347 536,22	10 028,61	0,00	10 028,61
Imparidades/Provisões	0,00	1 708 095,75	1 708 095,75	0,00	2 895 442,45	2 895 442,45
Reversões Imparidades	0,00	14 412,74	14 412,74	0,00	103 628,44	103 628,44
Reduções Provisões	0,00	1 693 683,01	1 693 683,01	0,00	2 791 814,01	2 791 814,01
Outros rendimentos	7 514 415,47	6 594 585,39	14 109 000,86	4 955 543,74	7 029 526,34	11 985 070,08
Alienações	348 300,28	0,00	348 300,28	324 854,69	0,00	324 854,69
Rendas/Concessões	88 959,40	0,00	88 959,40	86 993,35	0,00	86 993,35
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	33 216,40	0,00	33 216,40	1 403,95	0,00	1 403,95
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	0,00	6 566 976,17	6 566 976,17	0,00	6 550 680,61	6 550 680,61
Outros	7 043 939,39	27 609,22	7 071 548,61	4 542 291,75	478 845,73	5 021 137,48
Juros e rendimentos similares obtidos	717 848,82	0,00	717 848,82	746 146,10	0,00	746 146,10
TOTAL	60 865 893,11	150 144 568,49	211 010 461,60	49 180 778,90	131 135 273,79	180 316 052,69

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

13.1. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As operações materiais da administração financeira praticadas nos municípios estão reguladas nomeadamente, pelo OE e RFALEI, e estão sujeitas a três princípios gerais: da legalidade, da tipicidade e da economicidade.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços, estão apresentados na nota 2.2.13.

As notas da NCP13 têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

É aplicada na contabilização do rendimento proveniente das transações e acontecimentos com contraprestação (§3):

- Prestação de serviços
- Venda de bens
- Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

Ao distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma (§5).

O rendimento deve ser mensurado pelo Justo Valor da retribuição recebida ou a receber deduzida de descontos comerciais e de quantidades concedidos (§12 e §13).

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

Porém, quando o influxo de caixa for diferido, o Justo Valor da retribuição pode ser menor do que a quantia nominal, sendo a diferença reconhecida como rendimento de juros (§14).

Relativamente à mensuração do rédito as receitas provenientes das taxas, vendas e prestações de serviços são as previstas nas tabelas de taxas e licenças, bem como nos regulamentos em vigor no grupo municipal. Nas situações não previstas nos documentos anteriores, os valores são normalmente aprovados em reunião do executivo, ou de acordo com a legislação específica em vigor, consoante o caso.

13.2. Rendimentos por tipo de transação

Durante o exercício de 2025 e 2024, o grupo municipal registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

TIPO DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO	Rendimento do período reconhecido em			
	Resultados 31/12/2025	Património líquido 31/12/2025	Resultados 31/12/2024	Património líquido 31/12/2024
Taxas, multas e outras penalidades	21 328 384,58		16 132 166,89	
Taxas	112 778,71		98 960,14	
Taxas específicas das autarquias locais	21 215 605,87		16 033 206,75	
Vendas	35 528,63		35 962,90	
Água	0,00		0,00	
Produtos acabados e intermédios	889,75		552,99	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	20 377,20		16 740,00	
Outros	14 261,68		18 669,91	
Prestação de serviços	19 489 058,73		17 478 277,95	
Resíduos sólidos	13 162 046,17		11 692 707,66	
Trabalhos por conta de particulares	24 371,05		24 732,66	
Cemitérios	504 950,37		505 725,64	
Mercados e feiras	72 202,23		62 328,13	
Refeições escolares	1 972 984,16		1 832 695,98	
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	3 377 549,55		3 010 415,91	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	7 573,75		0,00	
Vistorias e ensaios	0,00		0,00	
Aluguer de espaços/equipamentos	177 001,45		110 989,43	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	31 122,28		0,00	
Outros	197 953,75		238 682,54	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	108 967,06		0,00	
Alienações	348 300,28		324 854,69	
Rendas/Concessões	11 522 080,06		9 909 646,06	
Energia elétrica (E-REDES)	3 683 082,23		3 592 843,02	
Serviço de fornecimento de água (INDÁQUA)	215 345,75		210 668,90	
Infraest. de transportes e parques de estacionamento	125 322,73		150 175,15	
Rendas de edifícios e outras construções	5 882 686,65		5 220 114,41	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	289 924,52		2 488,82	
Outras	1 615 642,70		735 844,58	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 142 540,83		5 299 870,41	
Outros rendimentos e ganhos	0,00		0,00	
Ganhos em inventários	33 216,40		1 403,95	
Ganhos em Entidades Participadas	418 218,72		83 803,19	
Outros	7 691 105,71		5 214 663,27	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	103 743,57		0,00	
TOTAL	60 865 893,11	0,00	49 180 778,90	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

14.1. Divulgações de rendimentos sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, multas e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

São rendimentos provenientes do uso de poderes soberanos, designadamente, impostos diretos e indiretos e multas.

São benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos ou a receber por entidades públicas, determinados por um tribunal ou autoridade administrativa, em consequência da violação de leis ou regulamentos.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos, tais como, subsídios e donativos.

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo grupo municipal estão relacionadas com os impostos diretos, nomeadamente o IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e os recebidos através do Orçamento de Estado, com especial relevo para a Participação no IRS e a Participação do IVA.

14.2. Rendimentos por tipo de transação

Durante o exercício de 2025 e 2024, o grupo municipal registou, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

TIPO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	Rendimento do período reconhecido em			
	Resultados 31/12/2025	Património líquido 31/12/2025	Resultados 31/12/2024	Património líquido 31/12/2024
Impostos diretos	43 294 714,57		40 577 950,52	
Derrama	11 107 846,61		9 743 297,05	
Imposto municipal sobre imóveis	27 126 643,77		25 917 900,04	
Imposto único de circulação	5 060 224,19		4 914 390,19	
Outros	0,00		2 363,24	
Impostos indiretos	43 319 324,95		30 482 065,64	
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	39 457 137,40		29 606 021,41	
IMT Jovem	3 862 187,55		876 044,23	
Multas e outras penalidades	1 312 629,93		1 130 768,19	
Juros de Mora	211 250,35		222 103,88	
Juros compensatórios	123 438,64		122 165,51	
Multas e coimas por infrações ao Código da Estrada e legislação afim	0,00		0,00	
Outras multas e penalidades	977 940,94		786 498,80	
Transferências e subsídios correntes obtidos	53 915 217,90		49 019 520,65	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 494 908,00		3 836 476,00	
Fundo Social Municipal	4 721 937,00		4 213 280,00	
Participação IRS	16 960 862,00		15 872 569,00	
Participação do IVA	1 583 072,00		1 689 700,49	
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	3 496 537,00		2 230 903,36	
Transferência de competências - Lei 50/2018 - Educação	19 501 826,14		18 615 570,86	
Transferência de competências - Lei 50/2018 - Ação Social	1 415 553,00		1 394 316,00	
Projetos co-financiados	2 008 418,23		635 648,00	
Outros	732 104,53		531 056,94	
Outros	16 002,38		274 609,75	
Legado, Ofertas e Doações	11 606,84	5 087 960,00	204 235,98	36 260,00
Doações - Inventários	10 710,12		10 026,20	
Doações - Ativos Fixos Tangíveis	0,00	5 087 960,00	0,00	36 260,00
Doações - Outras	896,72		194 209,78	
Subsídios em espécie ^{14.2 (d)}	896,72		194 209,78	
Reversões	1 708 095,75		2 895 442,45	
De depreciações e de amortizações	0,00		0,00	
De perdas por imparidade	14 412,74		103 628,44	
De perdas provisões	1 693 683,01		2 791 814,01	
Imputação de subsídios e transf. para investimentos	6 566 976,17		6 550 680,61	
TOTAL	150 144 568,49	5 087 960,00	131 135 273,79	36 260,00

Apresenta-se os detalhes de:

a) Legado, Ofertas e Doações:

Mapa 14.1 - Legado, Ofertas e Doações

TIPO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados 31/12/2025	Património líquido 31/12/2025	Resultados 31/12/2024	Património líquido 31/12/2024
Legado, Ofertas e Doações				
Doações - Inventários	10 710,12	0,00	10 026,20	0,00
Bens/materiais para ações de divulgação	10 710,12	0,00	10 026,20	0,00
Bens/materiais p/ animais (CROAM)	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações - Ativos Fixos Tangíveis	0,00	5 087 960,00	0,00	36 260,00
Bens domínio público, património histórico, artístico e cultural — Património histórico, artístico e cultural - Obras de arte, coleções e antiguidades	0,00	36 370,00	0,00	0,00
Equip. básico — Material e mobiliário de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis — Parcelas de terreno	0,00	5 051 590,00	0,00	36 260,00
Doações - Outros	896,72	0,00	194 209,78	0,00
TOTAL	11 606,84	5 087 960,00	204 235,98	36 260,00

As Doações de Ativos Fixos Tangíveis constam igualmente no Mapa 23.7 e na Nota 5 (nomeadamente no Quadro 5.2A, assim como no Mapa 5.3.

b) Reversão de perdas de imparidades

Mapa 14.2 - Reversões de perdas por imparidade

TIPO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Reversões de perdas por imparidade		
Clientes, contribuintes e utentes	13 107,14	100 086,05
Outras contas a receber	310,27	0,00
Em inventários	995,33	3 542,39
Em investimentos financeiros	0,00	0,00
TOTAL	14 412,74	103 628,44

c) Reversão de provisões

Mapa 14.3 - Reversões de Provisões

TIPO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Reversões de provisões		
Impostos, contribuições e juros de mora	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1 693 683,01	2 791 814,01
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00
TOTAL	1 693 683,01	2 791 814,01

d) Subsídios em espécie

Mapa 14.4 – Subsídios em espécie

TIPO DE TRANSAÇÃO	31/12/2025	Quadro
MUNICÍPIO		
Prestação de serviços - Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	7 573,75	Quadro 13
Prestação de serviços - Aluguer de espaços/equipamentos	31 122,28	Quadro 13
Prestação de serviços - Outros	108 967,06	Quadro 13
Rendas/Concessões - Rendas de edifícios e outras construções	289 924,52	Quadro 13
Juros, dividendos e outros rendimentos similares - Outros	103 743,57	Quadro 13
Legado, Ofertas e Doações - Doações - Outras	896,72	Quadro 14
TOTAL	542 227,90	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Durante os exercícios findos de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	9 303 758,54	1 543 164,01	0,00	2 073 965,76	3 617 129,77	121 472,02	69 249,05	5 120 091,71	5 310 812,78	7 610 075,53
Ac. trabalho e doenças profissionais, mat. ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos fogos habitacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9 303 758,54	1 543 164,01	0,00	2 073 965,76	3 617 129,77	121 472,02	69 249,05	5 120 091,71	5 310 812,78	7 610 075,53

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após análise e/ou reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, por parte do Departamento Jurídico, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 7.610.075,53€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao grupo municipal.

Mapa 15.1.1 - Relação dos processos judiciais

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025

N.º PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	NATUREZA DA DÍVIDA RECLAMADA	ENCARGO EVENTUAL A SUPORTAR EXIGIDO
1513/20.3BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	225 380,81
437/21.1BEPRT	EURO INSURANCES DESIGNATED ACTIVITY COMPANY	AÇÃO ADMINISTRATIVA	885,95
1829/21.1BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 250,00
2774/21.6BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 250,00
1281/22.4BEPRT	NORBAT - BATERIAS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	7 000,00
1518/20.4BEPRT	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA	893 144,76
2191/21.8BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	143 228,20
1624/21.8 BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	2 049 954,30
5/21.8BCPRT (20-A/20)	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA (CONTENCIOSO CONTRATUAL)	100 000,00
1701/23.0BEPRT	DESAFIOS GENIAIS II, INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA	208 731,12
1613/23.8BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	190 062,50
279/23.0BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	15 501,68
28/23.2BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 250,00
NPCO – 00307/2023 220130530	GNR	CONTRAORDENAÇÃO	6 000,00
NUI/CO/002865/23.9EA PRT	ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	CONTRAORDENAÇÃO	30 000,00
NUI/CO/002864/23.0EA PRT	ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	CONTRAORDENAÇÃO	30 000,00
656/24.9BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	418 080,00
927/24.4BEPRT	AGEAS PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	2 705,78
2054/24.5 BEPRT	STATION AZEMEIS - CENTRO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 957,51
2164/24.9BEPRT	BISECT - UNIPessoal, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 250,00
456/24.6BEPRT	ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	617 684,03
2338/24.2BEPRT	ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	590 793,13
1537/25.4BEPRT	REDE AMBIENTE - EREDE AMBIENTE - ENGENHARIA E SERVIÇOS, S	AÇÃO ADMINISTRATIVA	751 725,00
C.O. 070.4001-002/2021	AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL - COMANDO LOCAL DE LEIXÕES	CONTRAORDENAÇÃO	49 879,79
114/25.4 BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	20 000,00
581/25.6BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	684,25
1553/25.6BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 118,38
1966/25.3BEPRT	ASFALTO DILIGENTE, UNIPessoal, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	9 435,44
2183/25.8 BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	7 980,06
2644/25.9BEPRT	CARVALHO LIMA WINES, LDA	AÇÃO ADMINISTRATIVA	1 153 988,95
3263/25.5BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	28 613,89
393/2018/ARHN	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	CONTRAORDENAÇÃO AMBIENTAL	24 000,00
304/2019/ARHN	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE	CONTRAORDENAÇÃO AMBIENTAL	24 000,00
192200385	ACT - AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO	CONTRAORDENAÇÃO	2 040,00
945647654	ANSR - AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODoviÁRIA	CONTRAORDENAÇÃO	500,00
TOTAL			7 610 075,53

15.2. Passivos contingentes

Nas entidades do grupo municipal, no período de 2025, verificou-se a existência de factos relevantes enquadráveis no âmbito da NCP 15 (§ 28 a § 31).

15.2.1. Passivos contingentes: Processos judiciais em curso

Abaixo relacionam-se os processos judiciais em curso, interpostos por terceiros, cujo valor envolvido de compensações é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

O valor identificado corresponde ao valor requerido na ação.

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

NATUREZA PASSIVOS CONTINGENTES	Estimativa efeito financeiro	Previsão Reembolso	
		Data	Valor
Outros Passivos Contingentes	28 671 227,66	-	-
TOTAL	28 671 227,66		

Mapa 15.2.1 - Relação dos processos arrolados como passivos contingentes

N.º PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	NATUREZA DA DÍVIDA RECLAMADA	ENCARGO EVENTUAL A SUPORTAR
1541/20.9BEPRT	VASCONCELOS RAMALHO, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA	19 630 000,00
156/18.6BEPRT [apensos 924/18, 351/18, 2224/18 e 3070/18]	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	6 271 496,86
1626/14.0BEPRT	JARDIMAGEM - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM	2 707 063,29
1569/16.3BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	57 666,51
3316/25.0BEPRT	PESSOA SINGULAR	AÇÃO ADMINISTRATIVA	5 001,00
TOTAL			28 671 227,66

15.2.2. Passivos contingentes: Contratos de concessão

Em 25 julho 2001 foi outorgado contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (agora denominada por E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.).

O seu clausulado do contrato de concessão refere que o resgate e condições de fim da concessão (Art.º 13º) «... obedecerá ao disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 outubro.».

Aquela norma estabelece que «A avaliação dos patrimónios a transferir será feita por uma comissão formada por representantes de ambas as partes e presidida por um elemento designado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia, aos quais, também mediante despacho conjunto, competirá homologar o valor proposto.»

Em face do exposto, verifica-se que é impossível mensurar com suficiente fiabilidade o valor de compensações a prestar, a título da indemnização, à E-Redes, correspondente ao valor líquido do património afeto à exploração.

Ver Nota 4.

15.3. Ativos contingentes

O grupo municipal não detém ativos contingentes.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O grupo municipal não efetuou transações em moeda estrangeira.

Nota 17 – Acontecimentos após data de relato

17.1. Acontecimentos após a data de relato:

As demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão pela entidade competente, na data a seguir discriminada:

Quadro 17.1 - Acontecimentos após data de relato

Demonstrações Financeiras Consolidadas autorizadas	
Data	Entidade competente para autorizar
25-06-2026	Órgão executivo

17.2. Acontecimentos após a data de relato - acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos:

17.2.1. Guerra da Ucrânia:

Em 24 de fevereiro de 2022 ocorreu a invasão da Ucrânia pela Rússia, estando considerada a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

À data da elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas perfaz quatro anos desde que a invasão começou. O grupo municipal não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com o conflito iniciado na região da Ucrânia, dos quais não se espera impactos que obriguem a suspender ou reduzir significativamente a sua atividade.

17.2.2. Conflitos no Médio Oriente:

Após a data de relato, verificamos a intensificação dos conflitos no Médio Oriente, os quais têm contribuído para um contexto acrescido de incerteza geopolítica e económica.

Em 28 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos e Israel lançaram ofensivas contra o território iraniano com o objetivo de eliminar ameaças e destruir o programa nuclear do regime.

Este conflito evoluiu de uma crise regional centrada em Gaza para um conflito geopolítico direto e de larga escala, envolvendo ataques aéreos em Teerão, bombardeios no sul do Líbano contra o Hezbollah, ataques iranianos a países do Golfo e bloqueio do Estreito de Ormuz.

O bloqueio do Estreito de Ormuz pelo Irão, provocou uma redução drástica no fluxo diário de petróleo e de gás natural liquefeito (GNL), elevando acentuadamente os preços destas fontes de energia, causando graves perturbações na economia global e gerando tensão internacional.

O grupo municipal não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com este conflito. Contudo, prevê-se impactos financeiros acrescidos e eventualmente a suspensão ou redução da sua atividade, originado pela escassez de petróleo.

À data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não se verificam impactos diretos quantificáveis no grupo municipal.

No entanto, o Órgão de Gestão está a acompanhar de forma contínua a evolução da situação, atendendo aos potenciais efeitos indiretos, nomeadamente ao nível dos mercados, cadeias de abastecimento e custos operacionais.

Estes acontecimentos são classificados como eventos subsequentes não ajustáveis, não tendo sido efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras.

17.2.3. STCP, E.I.M. - Compensações Financeiras Reais dos Contratos 2025:

Foi celebrado com Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., o contrato serviço público de transporte rodoviário de passageiros, com início em 2025, o qual refere a repartição dos Municípios que integram este contrato, considerando o peso dos veículos / Km de cada Município no total de veículos / Km. Não se aplicando o critério do ano transato que tinha em consideração a % de participação no capital social da empresa, 11,98%, no caso de Matosinhos, o que leva a um acerto favorável ao grupo municipal 2.614.655,36 € [2.466.656,00 € + IVA] e em substituição do montante de 2.010.135,01€ (IVA incluído), apurado com base no critério anterior.

17.2.4. Matosinhos Sport – Entidade Pública Reclassificada:

Após a data de relato, a Matosinhos Sport passou a constar da listagem de Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) publicada pelo Instituto Nacional de Estatística em março de 2026. Esta classificação não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, podendo, contudo, produzir efeitos ao nível da consolidação orçamental do Grupo Municipal em exercícios futuros, em conformidade com o enquadramento legal aplicável.

Nota 18 – Instrumentos financeiros
18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade;
- Os passivos financeiros são registados ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos.

18.2. Ativos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos financeiros, foi o seguinte:

Mapa 18.2 - Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reversões de perdas por imparidade	Outros aumentos	Perdas por imparidade	Outras diminuições	
Caixa e seus equivalentes	49 798 255,25	0,00	459 859 770,07	0,00	447 279 926,98	62 378 098,34
Caixa	29 915,69	0,00	167 880 641,94	0,00	167 881 410,14	29 147,49
Depósitos bancários	49 768 339,56	0,00	291 979 128,13	0,00	279 398 516,84	62 348 950,85
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Ativo não corrente	14 161 303,62	0,00	3 610 860,00	0,00	1 203 024,87	16 569 138,75
Outros ativos financeiros	35 448,48	0,00	0,00	0,00	506,97	34 941,51
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	16 213,79	0,00	0,00	0,00	0,00	16 213,79
Outras contas a receber	14 109 641,35	0,00	3 610 860,00	0,00	1 202 517,90	16 517 983,45
Ativo corrente	57 224 900,72	0,00	372 574 172,01	2 174 098,24	365 547 664,25	62 077 310,24
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 167 382,76	0,00	100 875 648,25	0,00	99 071 653,27	4 971 377,74
Clientes, contribuintes e utentes	836 419,48	0,00	128 929 192,90	141 895,56	128 810 098,53	813 618,29
Outras contas a receber	53 078 669,55	0,00	142 327 118,65	2 032 202,68	137 179 215,42	56 194 370,10
Outros ativos financeiros	142 428,93	0,00	442 212,21	0,00	486 697,03	97 944,11
TOTAL	121 184 459,59	0,00	836 044 802,08	2 174 098,24	814 030 616,10	141 024 547,33

18.2.1. Outras Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.2.1 - Outras Contas a receber

OUTRAS CONTAS A RECEBER	31/12/2025	31/12/2024
Médio e Longo Prazo - Não Corrente		
Devedores por contratos de concessão	16 517 983,45	14 109 641,35
Curto Prazo - Corrente		
Adiantamento fornecedores	188,60	91 337,19
Cauções prestadas a terceiros	6 033,27	6 033,27
Devedores por contratos de concessão	5 649 795,32	5 403 056,13
Devedores por acréscimos	48 208 070,49	43 683 442,66
Outros devedores	2 330 282,42	3 894 800,30
TOTAL	72 712 353,55	67 188 310,90

18.2.2. Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, referente a subsídios reembolsáveis sem juros, concedidos por este Município no âmbito do Programa FINICIA [MATOSINHOSFINICIA – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.2.2 - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis

Entidades	Data Contrato	Participação C.M.M	Reembolsos 2010 a 2024	Reembolsos 2025	Valor em Dívida
MUNICÍPIO					
CODEONE – SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO E PROC. DE DADOS LDA	02-10-2009	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
XARROCO – SOCIEDADE HOTELEIRA LDA	21-10-2009	9 000,00	2 886,21	0,00	6 113,79
MAGICLIGHT UNIPessoal LDA	09-03-2010	9 000,00	900,00	0,00	8 100,00
FERREIRA & TEIXEIRA DA SILVA, LDA	29-04-2010	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
IMPACTO CRIATIVO ARQUITECTURA E DESIGN DE INTERIORES LDA	10-02-2010	7 600,00	7 600,00	0,00	0,00
BOATO – MARKETING, DESIGN & VENDAS, LDA	19-09-2011	5 640,00	5 640,00	0,00	0,00
SÓ ELAS, UNIPessoal LDA	07-02-2011	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
INSIA – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LDA	15-07-2011	7 344,00	7 344,00	0,00	0,00
SORRISO & COMPROMISSO UNIPessoal LDA	08-08-2011	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
LUXURY PLEASURES LDA	25-08-2011	6 250,00	6 250,00	0,00	0,00
SMOKESIGNALS HOME AND CONTRACT CONCEPT LDA	08-11-2011	7 020,80	7 020,80	0,00	0,00
QUERPATRIA – UNIPessoal LDA	27-04-2012	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
ARQUIVO DE LEMBRANÇAS, UNIPessoal, LDA	09-11-2012	2 000,00	0,00	0,00	2 000,00
TOTAL		93 854,80	77 641,01	0,00	16 213,79

18.2.3. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Apresenta-se a desagregação da rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos, à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Mapa 18.2.3 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos

Projeto Investimento	31/12/2025	31/12/2024
	Valor	
A Casa de Arquitetura Lá Fora - Internacionalização do Centro Port e sua Arquitetura	1 042,89	1 042,89
Acessibilidade às dependências assoc. à reativação do serv. Ferrov. passageiros Linha de Leixões	86 843,65	0,00
Animar a Cidade	294 464,59	113 302,58
Aquis. Equip., Reequip. e Upgrade Técnico - TCNery	13 379,80	0,00
Campanha IGUALIGUAL	74 000,03	0,00
Carta Municipal do Clima	52 235,66	0,00
Ciclo Urbano da Água (ITI)	1 252 099,82	0,00
Cidadão Jovem	39 259,42	0,00
Criação de rede de Cicloviás (PEDU - Mitigação das Desigualdades)	0,00	6 206,36
Desporto na Cidade	0,00	8 450,00
Diversos	17 400,00	2 400,00
Equipamento, Reequipamento e Upgrade Técnico - BMFE	747,96	0,00
Equipamentos de Controle de tráfego e inform. aos utilizadores (1ª. fase)	0,00	3 628,41
Escola Básica Amieira - Remoção Cob. Amianto	0,00	2 223,87
Escola Básica Augusto Gomes - Remoção Cob. Amianto	0,00	782,67
Escola Básica Custóias - Remoção Cob. Amianto	0,00	302,27
Escola Básica da Agudela (EB1/JI) - Lavra	0,00	55 929,61
Governação e capacitação para uma Transição Justa – Estrutura Técnica de FTJ de Matosinhos	232 942,19	0,00
Guia de boas práticas - Matosinhos	31 203,00	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025

Projeto Investimento	31/12/2025	31/12/2024
	Valor	
Integração SMAS - concessão à EDP	299 573,85	299 573,85
MetroBus de Leça da Palmeira: Mercado de Matosinhos/Estações Verdes	998 848,86	0,00
Mob. Mat.-Prol.R.Eduardo Quelhas e Entroncam. R.Fonte	0,00	359,65
Mob. Mat.-Rua Alfredo Cunha-Ligação à Misericórdia	0,00	9 591,22
Mob.Mat.-Construção de passeios em vias municipais	0,00	14 983,45
Mob.Mat.-Lig.Rua Joaquim Neves dos Santos à Rua de S. João	0,00	2 782,75
Mob.Mat.-Req. Urbanística Praça de Lavra	0,00	2 960,86
Mob.Mat.-Req. Urbanística Praça do Freixeiro	0,00	2 181,38
Mob.Mat.-Req.Urb.Rotunda Serpa Pinto e Av. Republica	0,00	4 322,39
Mob.Mat.-Requal. Urbanística da Praça da Ermida	0,00	6 613,87
Mob.Mat.-Requal.Urban.Vias Munic.-Rotunda e Arruamentos envolventes de Gondivai	0,00	4 081,60
Mob.Mat.-Sobreelev. CruzAlarg.Passeio Rua Sousa Aroso	0,00	5 715,84
Mob.Mat.-Sobreelevação da Passadeira Av. Dr. Salgado Zenha	0,00	727,70
Mob.Mat-Corredor Verde do Leça-Fase 1-Troço entre Ponte Pedra e Ponte Moreira	168 270,85	640 885,51
Mob.Mat-Corredor Verde do Leça-Fase 2-Troço entre Ponte Moreira e Ponte Carro	0,00	174 421,51
Mobilidade em Matosinhos:Arranjo Urb. Praça Padrão da Légua	0,00	2 934,75
Mobilidade em Matosinhos:Req.Urb.Av.Serpa Pinto	0,00	6 377,80
Mobilidade em Matosinhos:Req.Urb.Vias Mun.Rua Herois França	0,00	52 070,86
Mobilidade em Matosinhos:Rua Henrique Medina	0,00	3 670,98
Modernização Digital	132 464,10	139 529,21
Passadiços da orla costeira de Matosinhos	0,00	108 019,47
PIPSE.Matosinhos Educa	275 235,47	0,00
Plano Munic. para a Igualdade e a Não Discrim. de Matosinhos	0,00	15 466,18
PORTUGAL CICLAVEL - PORTO-MATOSINHOS	240 000,00	0,00
PORTUGAL CICLAVEL -MATOSINHOS-VILA DO CONDE	187 500,00	0,00
Programa Efic.Energética-Alteração para Luminárias de Tecnologias LED	0,00	43 989,78
Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos em Matosinhos	0,00	77 796,55
Projeto Reab. Conj. Habit. Cruz de Pau - edificado	0,00	107 853,13
Projeto Reabilitação Conj. Habitacional Biquinha - 3ª. Fase	0,00	71 690,19
Projeto Reabilitação Conj. Habtacional Custóias FFH	0,00	138 173,10
Projeto Soma - Saúde Oral em Matosinhos	45 655,00	0,00
Promoção Acessibilidade Inclusiva+Acesso em Matosinhos	0,00	8 501,61
Proteção Litoral e Combate a Erosão Costeira de Matosinhos	0,00	58 562,16
Qualificação Urbana Av. Mario Brito(Ligaç.Aeroporto-Exponor)	0,00	51 763,32
Reab.Conj.Hab.Carcavelos-1.ªFase-Efic.Energ.-OVERBOOKING	0,00	48 305,20
Reab.Conj.Habitacional Biquinha FFH-Eficiência Energética	0,00	59 387,15
Reab.Conj.Habitacional Carcavelos - Eficiência Energética	0,00	280 566,28
Reab.Conj.Habitacional Custóias FFH-Eficiência Energetica	0,00	46 590,37
Reab.Conj.Habitacional Moalde - Eficiência Energetica	0,00	4 655,34
Reab.Conj.Habitacional Seixo-1ª. Fase-Eficiência Energética	0,00	213 176,65
Reab.Espaço Publ.-Centro de Inov. Matosinhos (CIM II)	0,00	6 976,05
Recircular Lab	324 480,21	19 488,85
Reconv. Unidades industr. abandonadas-Real Vinicola (PEDU)	0,00	142 497,23
Requalificação, Valorização e Promoção do Mosteiro de Leça do Balio	0,00	8 364,00
Saúde Mais na Comunidade	13 029,51	0,00
Surf-House no mercado de Angeiras	15 005,25	15 005,25
URBACT III	8 242,61	8 242,61
Valorização Caminhos Santiago-Caminho Português da Costa	0,00	28 357,26
Viver Mais a Comunidade	167 453,02	0,00
Worlds Best Fish - Festival de Gastronomia (aMar)	0,00	35 901,19
TOTAL	4 971 377,74	3 167 382,76

18.3. Passivos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos passivos financeiros, foi o seguinte:

Mapa 18.3 - Passivos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Passivo não corrente	33 330 695,64	2 993 158,62	4 538 718,65	31 785 135,61
Financiamentos obtidos	33 325 383,31	2 993 158,62	4 538 718,65	31 779 823,28
Outras contas a pagar	5 312,33	0,00	0,00	5 312,33
Passivo corrente	28 239 189,09	598 638 810,83	596 005 238,38	30 872 761,54
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	10 595,00	16 040 648,96	15 248 007,93	803 236,03
Fornecedores	3 862 169,64	151 804 665,29	151 856 645,53	3 810 189,40
Financiamentos obtidos	6 848 092,22	9 037 379,63	10 322 472,01	5 562 999,84
Fornecedores de investimentos	866 208,60	150 454 840,07	150 731 268,92	589 779,75
Outras contas a pagar	16 512 403,37	248 590 529,11	246 023 110,14	19 079 822,34
Outros passivos financeiros	139 720,26	22 710 747,77	21 823 733,85	1 026 734,18
TOTAL	61 569 884,73	601 631 969,45	600 543 957,03	62 657 897,15

18.3.1. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.3.1 - Outras Contas a pagar

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/12/2025	31/12/2024
Médio e Longo Prazo - Não Corrente		
Outros credores	0,00	0,00
Cauções	5 312,33	5 312,33
Curto Prazo - Corrente		
Credores por acréscimos	10 127 916,09	9 702 187,95
Credores por subscrição não libertadas	0,00	0,00
Cauções	7 294 453,33	6 083 913,70
Outros credores	1 657 452,92	726 301,72
TOTAL	19 085 134,67	16 517 715,70

18.4. Participações financeiras

Em 01 de janeiro de 2021, deu-se a Intermunicipalização da STCP, dando cumprimento do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, através da transferência de 7.717.050 ações, com um valor nominal de 5 euros, representativas de 11,98% do capital social da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. que estavam na posse do Estado através da Direcção-Geral do Tesouro.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada das participações financeiras, foi o seguinte:

Quadro 18.4 - Participações financeiras

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Anulações de consolidação	Quantia escriturada final	% de participação
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros			
Participações financeiras - Método Equivalência Patrimonial	19 334 747,84	0,00	0,00	250 064,27	0,00	0,00	0,00	20 688,75	19 564 123,36	
MS - Matosinhos Sport, E.M. S.A.	0,00	0,00	0,00	5 760,14	0,00	0,00	0,00	5 760,14	0,00	100,00
MH - Matosinhos Habitação, EM	0,00	0,00	0,00	14 928,61	0,00	0,00	0,00	14 928,61	0,00	100,00
STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M. S.A.	19 334 747,84	0,00	0,00	229 375,52	0,00	0,00	0,00	0,00	19 564 123,36	11,98
Participações financeiras - custo	3 779 781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 779 781,00	
AdP - Águas do Douro e Paiva, S.A.	1 127 560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 127 560,00	5,39
Metro do Porto, S.A.	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,0001
Fundação de Serralves	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,58
Fundação Casa da Música	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,0844
Adeporto - Agência de Energia do Porto	23 125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 125,00	11,3219
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2 429 091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 429 091,00	0,58
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	23 114 528,84	0,00	0,00	250 064,27	0,00	0,00	0,00	20 688,75	23 343 904,36	

As colunas de “Aumentos – Outros” e de “Diminuições – Outras” nas “Participações de capital – Método Equivalência Patrimonial” refletem os ajustamentos nas participações da Matosinhos Sport E.M., Matosinhos Habit, E.M. e STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., em função dos respetivos resultados, derivados da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Refere-se que aqueles ajustamentos nas participações, foram efetuados com base em demonstrações financeiras definitivas, que foram, entretanto, aprovadas pela Assembleia Geral da empresa em 13/05/2026.

Ver nota 20.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

19.1. Benefícios definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais determinadas legalmente em matéria laboral.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Mapa 19.1 - Gastos com o pessoal

GASTOS TOTAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	486 874,36	492 836,09
Remunerações do pessoal	48 599 986,23	43 924 196,71
Indemnizações	114 461,44	64 587,07
Encargos Remunerações - Sistemas Proteção Social	10 932 530,15	9 969 093,21
Acid. no trab. e doenças profissionais - Acidentes no trabalho	165 860,77	162 151,60
Acid. no trab. e doenças profissionais - Seg. Acidentes Trab.	73 467,91	1 894,90
Outros gastos com o pessoal	53 512,25	41 675,23
Outros encargos sociais - Subsídios de parentalidade	286 765,84	287 747,75
Outros encargos sociais - Encargos com a saúde	25 486,21	176 263,79
Outros encargos sociais - Subsídio familiar a crianças jovens	100 795,73	94 906,60
Outros encargos sociais - Outras prestações familiares	80 644,16	87 457,74
TOTAL	60 920 385,05	55 302 810,69

19.2. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número de trabalhadores ao serviço, por categoria, foi o seguinte:

Mapa 19.2 - Trabalhadores ao serviço por categoria

CATEGORIA	Município de Matosinhos		Matosinhos Sport MS, EEM		Matosinhos Habit MH, EEM	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administrador	11	11	1	0	1	1
Dirigente Superior	4	5	0	0	1	1
Dirigente Intermédio	69	62	6	6	7	10
Técnico Superior	555	570	35	34	42	36
Assistente Técnico	454	454	28	31	16	14
Assistente Operacional	1102	1 083	105	107	5	5
Informática	21	18	0	0	3	4
Polícia Municipal	55	61	0	0	0	0
Outros	38	39	0	0	4	4
TOTAL	2 309	2 303	175	178	79	75

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.1. Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo grupo municipal, encontravam-se escrituradas do seguinte modo:

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

DESIGNAÇÃO	Tipo Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	EM	Rua de Alfredo Cunha, 99 - 1.º 4450-025 Matosinhos	264 362,89	1 009 486,66	100,00%		100,00%
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	EM, SA	Rua Nova do Estádio 4460-381 Sra. da Hora	50 000,00	267 241,64	100,00%		100,00%
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M, S.A.	EIM, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, Nº 1862 - 13º 4350-158 Porto	90 000 000,00	19 564 123,36	11,98%		11,98%

20.2. Transações entre partes relacionadas

No que refere à relação entre as partes, a participação nos STCP é enquadrada nos termos da Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º conjugado com a Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que nos remete para aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma entidade que exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada deve contabilizar o seu investimento numa associada ou empreendimento conjunto usando o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 (§ 5). Ver nota 18.4.

No quadro abaixo apresenta-se a demonstração das transações efetuadas entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 20.2 - Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

ENTIDADE RELACIONADA	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia (1)	% no total das transações	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	900 000,00	6,87%	0,00
		Gastos	6 406,61	0,05%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	4 288 489,24	32,75%	0,00
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	4 859 179,00	37,11%	0,00
		Gastos	561 110,00	4,28%	90 097,50
		Investimentos em ativos não financeiros	737 075,21	5,63%	24 744,88
		Devolução do diferencial positivo das verbas recebidas de subsídio à exploração do contrato programa 2024, após fecho de contas 2024	-483 545,52	-3,69%	0,00
		Devolução do diferencial positivo das verbas recebidas de subsídio à exploração do contrato programa 2025, após fecho de contas 2025.	-534 468,68	-4,08%	0,00
		Obrigações de Serviço Público decorrentes quer do Contrato interadministrativo de delegação e de partilha de competências de Autoridade de transportes, quer do Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, ambos nas suas versões consolidadas	2 761 497,05	21,09%	0,00
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M, S.A.	Entidade Controlada	Gastos	224,00	0,00%	0,00
		Taxas	-297,11	0,00%	-29,31

(1) Gastos (valores positivos) / Rendimentos (valores negativos).

O quadro 20.2 reflete as transações ocorridas entre estas entidades considerando a perspetiva da despesa e da receita.

20.3. Ajustamentos em Ativos financeiros

No quadro abaixo apresentam-se os ajustamentos em Ativos financeiros entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 20.3 - Ajustamentos em Ativos financeiros

ENTIDADE PARTICIPADA	Ajuste do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP	Ajuste do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP RLE
Matosinhos Habit		14 928,61
Matosinhos Sport		5 760,14
STCP	-118 160,70	347 536,22
Anulações de consolidação		-20 688,75
TOTAL	-118 160,70	347 536,22

Nota 21 – Relato por segmentos

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a Entidade deverá divulgar, para cada um dos segmentos, os Rendimentos e os Gastos, bem como a quantia escriturada total dos Ativos e dos Passivos, de acordo com o disposto na NCP 25 – Relato por Segmentos.

Nos termos do estipulado pela NCP 25, *“um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”*.

As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige-se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o § 8 da NCP 25, *“Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do § 6”* da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas.

O grupo municipal tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho. Adicionalmente, considera-se que a atividade do Município é homogénea, não havendo

necessidade de haver relato separado da informação financeira. As duas atividades do Município que se enquadrariam no conceito de “segmento”, seriam as atividades de arrendamento de imóveis de habitação social e de exploração dos equipamentos desportivos. No entanto, estas duas atividades foram externalizadas, sendo operacionalizadas pelas entidades municipais Matosinhos Habit e Matosinhos Sport, respetivamente.

Assim, é entendimento do Órgão de Gestão que não é apropriado o relato por segmentos, não estando em causa os objetivos previstos no nº 1 da NCP 25, entre os quais a compreensão do desempenho passado, a identificação dos recursos disponibilizados para suportar as atividades, e a transparência do relato financeiro ao nível do cumprimento das obrigações de prestação de contas.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Os interesses em outras entidades encontram-se nota 18.4.

Nota 23 – Outras divulgações

De seguida apresenta-se o detalhe de algumas rubricas do balanço e demonstração de resultados consolidados.

23.1. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 571,37	297 399,65	0,00	27 692,78
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	72 995,37	75 028,14	135 420,79	41 710,60
IVA A pagar/recuperar	72 995,37	75 028,14	135 420,79	41 710,60
IVA Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	0,00	654 306,39	0,00	70 316,88
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	23 377,37	0,00	7 008,14	0,00
TOTAL	97 944,11	1 026 734,18	142 428,93	139 720,26

23.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.2 – Diferimentos

DIFERIMENTOS	31/12/2025		31/12/2024	
	Curto prazo	M/L prazo	Curto prazo	M/L prazo
Gastos a reconhecer	1 162 528,40	279 021,94	1 296 096,08	102 762,60
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros	42 316,74	0,00	37 821,53	0,00
Rendas	18 656,72	0,00	18 300,72	0,00
Outros custos diferidos	1 101 554,94	279 021,94	1 239 973,83	102 762,60
Rendimentos a reconhecer	35 105 795,57	18 009 066,95	17 525 617,15	14 166 006,21
Rendas	73 864,79	0,00	81 630,64	0,00
Concessão EDP	3 790 757,42	0,00	3 683 082,23	0,00
Concessão Indáqua	167 605,90	1 005 635,45	167 605,90	1 173 241,35
Concessões para instalação, manutenção e exploração de publicidade	1 691 432,00	15 512 348,00	1 034 912,00	12 936 400,00
Transferências e subsídios correntes	331 544,72	0,00	436 628,09	0,00
Transferências e subsídios de capital	29 049 698,05	1 491 083,50	12 121 229,83	56 364,86
Outros rendimentos diferidos	892,69	0,00	528,46	0,00

23.3. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.3 – Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos e parcerias	24 053 167,26	22 862 018,18
Serviços especializados	4 664 244,25	4 237 429,53
Publicidade, comunicação e imagem	1 194 760,53	1 633 745,84
Vigilância e segurança	1 814 199,66	1 667 416,80
Honorários	1 267 511,51	1 078 262,55
Comissões	1 942 459,54	1 539 205,42
Conservação e reparação	5 223 919,56	4 171 257,71
Outros serviços especializados	405 605,10	381 776,75
Materiais de consumo	805 172,43	711 424,18
Energia e fluidos	4 318 854,93	3 810 676,11
Deslocações, estadas e transportes	380 265,84	457 570,68
Rendas e alugueres	1 535 294,77	1 587 950,34
Comunicação	333 077,19	292 079,19
Seguros	412 806,97	332 482,98
Royalties	15 869,65	36 776,69
Contencioso e notariado	51 876,60	61 988,56
Despesas de representação dos serviços	8 346,23	5 903,73
Limpeza, higiene e conforto	1 187 452,18	963 432,57
Outros serviços	6 806 709,47	6 680 921,52
TOTAL	56 421 593,67	52 512 319,33

23.4. Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outros Gastos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.4 – Outros Gastos

OUTROS GASTOS	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e taxas	148 701,69	150 732,57
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	8 176,00	3 033,94
Alienações	0,00	0,00
Permutas	0,00	0,00
Abates	389,12	417 333,25
Correções de impostos relativos a períodos anteriores	1 853 889,66	1 815 586,48
Devolução de transferências e subsídios obtidos	117 083,89	0,00
Outras correções relativas a períodos anteriores	2 066 803,24	1 887 063,86
Quotizações	202 630,84	179 430,62
Outros não especificados	3 660 436,82	3 230 457,79
TOTAL	8 058 111,26	7 683 638,51

23.5. Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Uteses tinha seguinte composição:

Mapa 23.5 - Clientes, contribuintes e utentes

RUBRICA	31/12/2025				31/12/2024			
	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades Acumuladas	Valor Recuperável Líquido	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades Acumuladas	Valor Recuperável Líquido
Ativo Corrente								
Clientes c/c	600 223,04	1 535 562,84	-1 436 739,16	699 046,72	614 618,61	1 368 517,58	-1 306 409,05	676 727,14
Contribuintes	55 848,43	56 642,61	-48 511,45	63 979,59	7 123,52	50 163,93	-48 599,33	8 688,12
Utentes	235 615,54	97 508,02	-282 531,58	50 591,98	263 595,24	158 287,23	-270 878,25	151 004,22
TOTAL	891 687,01	1 689 713,47	-1 767 782,19	813 618,29	885 337,37	1 576 968,74	-1 625 886,63	836 419,48

23.6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Mapa 23.6 - Fornecedores

RUBRICA	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Corrente		
Fornecedores	3 810 189,40	3 862 169,64
Fornecedores de investimento	589 779,75	866 208,60
TOTAL	4 399 969,15	4 728 378,24

23.7. Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do Património Líquido tinha a seguinte composição:

Mapa 23.7 – Património Líquido

RUBRICA	31/12/2025	31/12/2024 reexpresso	Variação	
			Valor	%
Património Líquido				
Património / Capital	481 929 055,03	481 606 555,03	322 500,00	0,1%
Reservas	5 813 656,19	4 979 894,01	833 762,18	16,7%
Resultados transitados	80 842 848,15	64 893 816,80	15 949 031,35	24,6%
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	-19 458 738,00	-19 340 577,30	-118 160,70	0,6%
Outras variações no património líquido	214 249 912,92	194 970 753,20	19 279 159,72	9,9%

O **Património/Capital** sofreu uma variação de 322.500 €. Esta variação resulta da inventariação de bens que não se encontravam registados no inventário inicial (terreno e edifício dos Antigos Reservatórios do Corpo Santo em Leça da Palmeira, inventário n.º 146374 e 146375, EDOC/2024/11840).

As **Reservas** sofreram uma variação de 833.762,18 €. Esta variação decorre da constituição de reservas legais pelo valor correspondente a 5% do RLE de 2024.

Os **Resultados transitados** sofreram uma variação de 15.949.031,35€. Esta variação decorre da aplicação de resultados de 2024 (95%) no montante de 15.841.481,35€, do reconhecimento e inventariação do terreno sobranete ao Bairro dos Pescadores no âmbito de acordo de cessão de bens do IGFS de edifícios de 20/12/2006 (inventário n.º 146894, EDOC/2022/27766) pelo montante de 92.550,00€, da correção de um documento de receita de 2024 registada nesta conta pelo montante de 15.000,00€. Foi efetuada uma análise retrospectiva, que abarca 2024/2025 vertida na nota 2.7 e 5.

Na rubrica **Excedentes de revalorização** foi efetuada uma análise retrospectiva, que abarca 2024/2025 vertida na nota 2.7 e 5.

Os **Ajustamentos em ativos financeiros** sofreram uma variação de -118.160,70€. Esta variação decorre do ajuste do valor da participação financeira por aplicação do MEP nos STCP. Ver nota 20.3.

23.7.1. Outras Variações no Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outras Variações no Património Líquido tinha a seguinte composição:

Mapa 23.7.1 - Outras Variações no Património Líquido

RUBRICA	31/12/2024	Aumentos				Diminuições		31/12/2025	
		Ajustamentos de transição	Donativos em numérico	Donativos em espécie ⁽¹⁾	Transferências Gratuitas	Subsídios de Capital	Reconhecimento de rendimentos com subsídios		Outros
Transferências e subsídios de capital									
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables/amortizáveis	137 201 098,98	0,00	0,00	0,00	0,00	26 856 401,90	6 532 822,89	9 669 637,61	147 855 040,38
Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables/amortizáveis	10 653 326,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 078,93	0,00	13 893,66	10 643 511,43
Outras transferências e subsídios de capital	5 150 759,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3 884 860,00	508 846,13	0,00	8 526 773,85
Doações e transferências									
Doações obtidas	9 388 913,49	0,00	171 059,18	5 087 960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 647 932,67
Outras variações do património líquido	32 576 654,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 576 654,59
TOTAL	194 970 753,20	0,00	171 059,18	5 087 960,00	0,00	30 745 340,83	7 041 669,02	9 683 531,27	214 249 912,92

(1) Donativos em espécie: constam nas Doações de Ativos Fixos Tangíveis do Quadro 14 e na Nota 5 (nomeadamente no quadro 5.2A e no mapa 5.2A).

23.8. Transferências e Subsídios Concedidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Transferências e Subsídios Concedidos tinha a seguinte composição:

Mapa 23.8 – Transferências e Subsídios Concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	31/12/2025	31/12/2024
Transferências correntes concedidas	15 919 989,39	15 005 060,45
Subsídios correntes concedidos	4 606 644,47	2 445 777,90
Transferências de capital concedidas	5 444 062,70	3 606 801,00
Transferências para cobertura de prejuízos	864 190,73	535 302,66

23.9. Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de Garantias concedidas tem a seguinte desagregação:

Mapa 23.9 – Garantias concedidas

TIPOLOGIA	Valor
MUNICÍPIO	
Meios monetários	6 033,27
Documentos	889 047,87
Empréstimos ⁽¹⁾	113 067 370,35
Total	113 962 451,49
MATOSINHOS HABIT	
Documentos	125 501,19
Total	125 501,19
Total	114 087 952,68

(1) Lista por instituição financeira no mapa 23.9A

Mapa 23.9A – Garantias de empréstimos

ENTIDADE FINANCIADORA	Valor contrato ⁽¹⁾
AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP	9 691 016,44
IHRU, INSTITUTO HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	445 835,37
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, S.A. ⁽²⁾	79 980 094,62
BANCO BPI, SA	16 550 559,10
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	6 399 864,82
Total	113 067 370,35

(1) O valor indicado reporta à quantia contratada, conforme consta no Banco de Portugal (CRC).

(2) Inclui a garantia 10 500 000,00 referente um empréstimo contratualizado em 2025, para construção de 72 fogos na Rua Conde Alto Mearim, mas que ainda não foi utilizado.

23.10. Demonstração de Fluxos de Caixa

A NCP 1 exige que as entidades sujeitas ao SNC-AP apresentem uma Demonstração de fluxos de caixa.

A informação obtida através da análise dos fluxos de caixa é útil aos utilizadores das demonstrações financeiras que têm, entre outros, os seguintes interesses:

- Saber como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros;
- Prever as futuras necessidades de recursos financeiros, a sua capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro e a sua capacidade para financiar as alterações introduzidas no âmbito e natureza das suas atividades;
- Ter informação sobre os influxos e efluxos de caixa, durante o período do relato.

A demonstração de fluxos de caixa apresenta os mesmos classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento o que permite avaliar o impacto que cada uma destas atividades tem na posição financeira da entidade e a quantia de sua caixa e equivalentes de caixa.

Cada uma destas atividades, no mapa, aparece detalhada por tipo de recebimentos e pagamentos associados à natureza das mesmas sendo que, em poucas situações, existem ambas as naturezas (recebimentos e pagamentos) no mesmo item. É o caso concreto da rubrica de “Outros recebimentos/pagamentos” inserida nas “Atividades Operacionais”.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a evolução ocorrida entre 2024 e 2025 nas 3 óticas de atividade sendo claro o aumento global nas mesmas:

Mapa 23.10 – Evolução de Fluxos de Caixa 2025/2024

RUBRICA	2025	2024	Evolução %
De Atividades Operacionais	40 168 669,49	23 829 478,34	69%
De Atividades de Investimento	-23 111 247,89	-16 574 936,99	39%
De Atividades de Financiamento	-4 477 578,51	-2 385 865,85	88%
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	62 378 098,34	49 798 255,25	25%
SGS De execução orçamental	53 864 623,02	43 363 026,76	24%
SGS De operações de tesouraria	8 513 475,32	6 435 228,49	32%
TOTAL	12 579 843,09	4 868 675,50	158%

- Do aumento de 69% no Fluxo das Atividades Operacionais constata-se a evidente sustentabilidade financeira no funcionamento corrente;
- Do aumento de 39% no Fluxo negativo das Atividades de Investimento, percebe-se claramente o forte investimento público que está a ser realizado pelo grupo municipal;
- O aumento de 88% no Fluxo negativo das Atividades de Financiamento é um sinal da disciplina financeira que o grupo municipal procura dar continuidade através da redução do endividamento e consequente controlo da Dívida municipal;
- O aumento de 25% no Saldo de gerência seguinte - de execução orçamental revela um reforço na posição de liquidez do grupo municipal que assegura uma maior capacidade de fazer face a compromissos e a financiar investimentos em curso.

23.11. Análise Demonstrações Financeiras Consolidadas

No período findo em 31 de dezembro de 2025, a estrutura consolidada é fortemente centrada no Município de Matosinhos.

Apresenta-se uma síntese das demonstrações financeiras consolidadas, balanço e demonstração de resultados, evidenciando o contributo do município para o consolidado:

Mapa 23.11.1 - Desagregação do Balanço

RUBRICAS	2025	2025	2025	2025	% Município
	Consolidado	Município	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	
ATIVO					
Ativo não corrente	791 624 177,36	792 167 853,85	733 051,81	-1 276 728,30	100,1%
Ativos fixos tangíveis	744 806 961,34	744 222 157,21	584 804,13	0,00	99,9%
Participações financeiras	23 343 904,36	24 620 632,66	0,00	-1 276 728,30	105,5%
Outras contas a receber	16 517 983,45	16 517 983,45	0,00	0,00	100,0%
Outros	6 955 328,21	6 807 080,53	148 247,68	0,00	97,9%
Ativo corrente	125 696 892,99	123 911 818,72	2 918 330,85	-1 133 256,58	98,6%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	4 971 377,74	4 971 377,74	0,00	0,00	100,0%
Outras contas a receber	56 194 370,10	57 163 450,41	49 333,89	-1 018 414,20	101,7%
Caixa e depósitos	62 378 098,34	60 232 942,81	2 145 155,53	0,00	96,6%
Outros	2 153 046,81	1 544 047,76	723 841,43	-114 842,38	71,7%
Total Ativo	917 321 070,35	916 079 672,57	3 651 382,66	-2 409 984,88	99,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio/Capital	481 929 055,03	481 929 055,03	314 362,89	-314 362,89	100,0%
Resultados transitados	80 842 848,15	80 842 848,15	766 746,76	-766 746,76	100,0%
Outras variações no patrimônio líquido	214 249 912,92	214 249 912,92	0,00	0,00	100,0%
Outros	-13 645 081,81	-13 645 081,81	174 929,90	-174 929,90	100,0%
Resultado líquido do período	30 561 500,86	31 033 255,07	20 688,75	-492 442,96	101,5%
Total Patrimônio Líquido	793 938 235,15	794 409 989,36	1 276 728,30	-1 748 482,51	100,1%
PASSIVO					
Passivo não corrente	57 404 278,09	57 404 278,09	0,00	0,00	100,0%
Provisões	7 610 075,53	7 610 075,53	0,00	0,00	100,0%
Financiamentos obtidos	31 779 823,28	31 779 823,28	0,00	0,00	100,0%
Diferimentos	18 009 066,95	18 009 066,95	0,00	0,00	100,0%
Outros	5 312,33	5 312,33	0,00	0,00	100,0%
Passivo corrente	65 978 557,11	64 265 405,12	2 374 654,36	-661 502,37	97,4%
Fornecedores	3 810 189,40	3 378 516,22	521 770,68	-90 097,50	88,7%
Financiamentos obtidos	5 562 999,84	5 562 999,84	0,00	0,00	100,0%
Outras contas a pagar	19 079 822,34	17 934 644,79	1 691 837,54	-546 659,99	94,0%
Diferimentos	35 105 795,57	35 104 902,88	892,69	0,00	100,0%
Outros	2 419 749,96	2 284 341,39	160 153,45	-24 744,88	94,4%
Total Passivo	123 382 835,20	121 669 683,21	2 374 654,36	-661 502,37	98,6%
Total Patrimônio Líquido e Passivo	917 321 070,35	916 079 672,57	3 651 382,66	-2 409 984,88	99,9%

Os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas quando comparado com o balanço do município, que representa 99,9% do Ativo.

Mapa 23.11.2 - Desagregação da Demonstração de Resultados

RUBRICAS	2025	2025	2025	2025	Ajustamentos consolidação
	Consolidado	Município	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	
Impostos, contribuições e taxas	109 255 054,03	109 315 360,42	0,00	-60 306,39	100,1%
Prestações de serviços e concessões	28 949 195,23	21 430 671,42	12 553 925,29	-5 035 401,48	74,0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	55 888 202,06	55 822 132,89	5 290 779,49	-5 224 710,32	99,9%
Fornecimentos e serviços externos	-56 421 593,67	-50 872 753,07	-10 588 182,31	5 039 341,71	90,2%
Gastos com pessoal	-60 920 385,05	-54 229 487,32	-6 697 661,33	6 763,60	89,0%
Transferências e subsídios concedidos	-26 834 887,29	-32 059 597,61	0,00	5 224 710,32	119,5%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-2 174 098,24	-2 040 433,75	-133 664,49	0,00	93,9%
Provisões (aumentos/reduções)	1 693 683,01	1 693 683,01	0,00	0,00	100,0%
Outros rendimentos	14 109 000,86	14 575 922,86	17 023,52	-483 945,52	103,3%
Outros gastos	-8 058 111,26	-8 015 902,81	-104 002,32	61 793,87	99,5%
Outros	-1 271 192,79	-1 133 697,50	-116 806,54	-20 688,75	89,2%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	54 214 866,89	54 485 898,54	221 411,31	-492 442,96	100,5%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-22 974 258,95	-22 785 332,62	-188 926,33	0,00	99,2%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	31 240 607,94	31 700 565,92	32 484,98	-492 442,96	101,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	717 848,82	717 848,82	0,00	0,00	100,0%
Juros e gastos similares suportados	-1 385 400,98	-1 385 159,67	-241,31	0,00	100,0%
Resultado antes de impostos	30 573 055,78	31 033 255,07	32 243,67	-492 442,96	101,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-11 554,92	0,00	-11 554,92	0,00	0,0%
Resultado líquido do período	30 561 500,86	31 033 255,07	20 688,75	-492 442,96	101,5%

Os valores da demonstração de resultados consolidada não apresentam variações muito significativas quando comparado com os rendimentos e gastos do município, que representa 101,5% do Resultado Líquido do período.

ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS

Exercício de 2025

ÍNDICE DE QUADROS:

INTRODUÇÃO:	3
Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:	5
Quadro 1 – Grupo municipal.....	5
Método de Consolidação	6
Mapas Orçamentais	6
Quadro 2.1 - Análise Demonstração Consolidada de desempenho orçamental	7
Quadro 2.2 - Análise Execução da Receita	7
Quadro 2.3 - Análise Execução da Despesa	8
Quadro 2.4 - Análise Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza ...	8
Quadro 3.1 - Transferências e Subsídios Obtidas.....	9
Quadro 3.2 - Transferências e Subsídios Concedidas.....	9

INTRODUÇÃO:

Por norma os sistemas orçamentais classificam as receitas de acordo com a natureza económica e fundos as despesas segundo a natureza económica, administrativa, funcional e programática, esta última associada à orçamentação por programas ou por desempenho.

Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP) e permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados (reserva de dotação orçamental disponível), bem como, o montante daqueles que se converteram em compromisso (assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo).

O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação.

O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento.

Algumas definições a considerar:

- Saldo de gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de relato. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais e saldo de operações de tesouraria;
- Saldo corrente corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes;
- Receitas correntes incidem sobre o património não duradouro da entidade, provêm de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período de um ano. São aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos de relato. Rendimentos de propriedade, como sejam juros e rendas, vendas de bens e serviços correntes com reduções no património não duradouro, constituem exemplos de receitas correntes;
- Despesas correntes são despesas efetivas que assumem um carácter regular e correspondem à aquisição de serviços e bens a consumir no período orçamental, podendo abranger, pela sua irrelevância material, bens de equipamento;
- Saldo de capital corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital;
- Receitas de capital alteram o património duradouro da entidade, são receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património duradouro ou aumento dos ativos e passivos de médio/longo prazos. São exemplos de receitas de capital as que resultam da venda de imóveis e empréstimos;
- Despesas de capital são despesas efetivas que alteram o património duradouro da entidade, assumem um carácter pontual e contribuem para a formação bruta de capital fixo e para o bem-estar coletivo, como por exemplo quaisquer investimentos;
- Saldo primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros;
- Receita efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais;
- Despesa efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental;

- Saldo global corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Perímetro

O § 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Quadro 1 – Grupo municipal

ENTIDADE	ENTIDADE INCLUÍDA NAS CONTAS SETORIAIS DO INE	INCLUIR
Município de Matosinhos	Sim	Sim
Matosinhos Habit	Sim	Sim
Matosinhos Sport	Não	Não
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	Não	Não

O perímetro para a consolidação orçamental é composto pelas entidades do grupo municipal que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Pelo facto do perímetro de consolidação orçamental não incluir a Matosinhos Sport, de qualquer análise comparativa com o perímetro de consolidação financeira poderão resultar assimetrias.

Um exemplo desta assimetria ocorre no comparativo dos mapas Demonstração consolidada do desempenho orçamental (DDORC) com a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação simples para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da classe zero - Contabilidade Orçamental. Este método traduz -se na soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

Mapas Orçamentais

Os mapas da consolidação orçamental refletem-se pelas seguintes demonstrações:

Demonstração consolidada do desempenho orçamental:

Este mapa tem como objetivo evidenciar o desempenho da execução orçamental no período, mostrando todos os recebimentos e pagamentos incluindo as de operações de tesouraria. Também apresenta um conjunto de saldos que permitem avaliar a existência ou não de equilíbrio financeiro.

No caso em particular do mapa de 2025, é possível verificar no quadro seguinte:

- Forte crescimento da receita efetiva e redução da receita não efetiva mostra que a receita cresce essencialmente com a atividade operacional e de investimento, sinal de uma estrutura robusta;
- Elevado saldo corrente que representa sustentabilidade operacional;
- Evidente reforço do Investimento público identificado pelo agravamento do saldo negativo de capital, mas que foi sustentado por financiamento de transferências e subsídios e também pelo volumoso saldo corrente;

- Por fim, o expressivo crescimento do saldo de gerência traduz boa liquidez e posição financeira.

Quadro 2.1 - Análise Demonstração Consolidada de desempenho orçamental

ANÁLISE DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	2025	2024	EVOLUÇÃO
Saldo de gerência anterior [0]	48 069 750,05	42 674 630,20	13%
Operações orçamentais (0.1)	41 634 521,56	37 275 857,53	12%
Operações de tesouraria (A)	6 435 228,49	5 398 772,67	19%
Receita corrente (RCOR)	186 121 182,24	155 811 727,48	19%
Receita de capital (RCAP)	39 973 289,00	25 242 110,29	58%
Receita efetiva [2= (RCOR)+(REP.NABAT.PAG.)+(RCAP)]	228 586 603,83	182 370 106,89	25%
Receita não efetiva [3]	1 652 224,84	5 813 920,18	-72%
RECEITA TOTAL [4]=[0.1]+[2]+[3]	271 873 350,23	225 459 884,60	21%
Despesa corrente (DCOR)	145 166 421,38	130 949 519,92	11%
Despesa de capital (DCAP)	69 856 467,62	46 860 025,34	49%
Despesa efetiva [5=(DCOR)+(DCAP)]	215 022 889,00	177 809 545,26	21%
Despesa não efetiva [6]	4 582 405,40	6 015 817,78	-24%
DESPESA TOTAL [7]=[5]+[6]	219 605 294,40	183 825 363,04	19%
Saldo para a gerência seguinte	60 782 183,03	48 069 750,05	26%
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	52 268 055,83	41 634 521,56	26%
Operações de tesouraria	8 514 127,20	6 435 228,49	32%
Saldo global [2] - [5]	13 563 714,83	4 560 561,63	197%
Despesa primária [(Desp.efetiva) - (juros e out.enc.)]	213 304 673,18	175 625 587,81	21%
Saldo corrente [(RCOR) - (DCOR)]	40 954 760,86	24 862 207,56	65%
Saldo de capital [(RCAP)-(DCAP)]	-29 883 178,62	-21 617 915,05	38%
Saldo primário [(Receita efetiva) - (Despesa Primária)]	15 281 930,65	6 744 519,08	127%

Demonstração de execução orçamental da receita

Quadro 2.2 - Análise Execução da Receita

ANÁLISE EXECUÇÃO DA RECEITA	2025	2024
Receitas por cobrar de períodos anteriores	6 868 043,46	5 686 159,18
Receitas liquidadas	286 859 085,06	231 010 704,45
Liquidações anuladas	13 622 346,39	4 815 834,55
Receitas cobradas brutas	286 660 511,30	231 055 794,69
Reembolsos e Restituições-Emitidos	9 590 813,34	2 886 436,82
Reembolsos e Restituições-Pagos	9 590 813,34	2 886 436,82
Receitas Cobradas Líquidas-Períodos Anteriores	390 714,05	-670 788,85
Receitas Cobradas Líquidas-Período Corrente	271 482 636,18	225 680 131,16
Receita por cobrar no final do período	8 227 398,40	6 857 494,34

Demonstração de execução orçamental da despesa

Quadro 2.3 - Análise Execução da Despesa

ANÁLISE EXECUÇÃO DA DESPESA	2025	2024
Compromissos	271 207 829,71	213 116 518,10
Obrigações	221 952 653,82	184 876 614,64
Despesas Pagas Liquidadas De Reposições - Período Anterior	961 844,53	432 030,71
Despesas Pagas Liquidadas De Reposições - Período Corrente	218 642 797,99	183 393 332,33
Compromissos a Transitar	49 255 175,89	28 239 903,46
Obrigações Por Pagar	2 348 011,30	1 040 702,48

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, evidencia as importâncias relativas a todos os direitos e obrigações no final do período contabilístico, ao nível orçamental.

Quadro 2.4 - Análise Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza

ANÁLISE DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	2025	2024
Receita corrente (RCOR)	8 117 500,81	6 735 182,69
Receita de capital (RCAP)	109 629,77	116 628,33
Receita efetiva [2= (RCOR)+(RNAP)+(RCAP)]	8 227 398,40	6 857 494,34
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00
RECEITA TOTAL [4]=[0.1]+[2]+[3]	8 227 398,40	6 857 494,34
Despesa corrente (DCOR)	1 812 474,05	663 204,77
Despesa de capital (DCAP)	535 537,25	377 497,71
Despesa efetiva [5]=(DCOR)+(DCAP)]	2 348 011,30	1 040 702,48
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
DESPESA TOTAL [7]=[5]+[6]	2 348 011,30	1 040 702,48

Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

As transferências obtidas quer ao nível de corrente como de capital representam cerca de 41% da receita efetiva do grupo municipal orçamental, balanceando com cerca de 16% da despesa efetiva.

Dos movimentos ocorridos nas transferências foi eliminado o valor dos subsídios atribuídos à Matosinhos Habit, relativo ao contrato programa no valor de 900.000€.

Quadro 3.1 - Transferências e Subsídios Obtidas

OUTROS RENDIMENTOS	2025	2024
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Transferências correntes	55 240 505,96	51 146 555,07
Transferências capital	39 094 436,19	24 805 126,10
Subsídios	0,00	0,00
TOTAL	94 334 942,15	75 951 681,17

Quadro 3.2 - Transferências e Subsídios Concedidas

OUTROS GASTOS	2025	2024
Transferências e subsídios concedidos		
Transferências correntes	16 156 145,34	16 050 142,31
Transferências capital	5 420 050,99	3 605 114,51
Subsídios	11 854 177,91	8 840 189,04
TOTAL	33 430 374,24	28 495 445,86

Consolidação de Contas

8

Certificação Legal de Contas

Relatório de Atividades
e de Gestão



 matosinhos



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Matosinhos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 917.321.070 euros e um total de património líquido consolidado de 793.938.235 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 30.561.501 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme descrito na alínea e.1 da Nota 5.1 do Anexo demonstrações financeiras consolidadas, não é possível assegurar a plenitude da informação patrimonial relativa às cedências para o domínio público e para o domínio privado municipal ocorridas em períodos anteriores a 2019, encontrando-se em curso um procedimento de regularização e georreferenciação do respetivo acervo histórico. Nestas circunstâncias, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada que permitisse concluir sobre os efeitos no Ativo e nos Fundos Patrimoniais que poderão resultar do referido procedimento.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção
- material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no capítulo n.º 6 – Contabilidade de gestão - do Relatório de Gestão, a Entidade não incluiu todas as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Porto, 25 de junho de 2026



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Geraldes

Registo na OROC nº 1127

Registo na CMVM com o nº 20160739

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Grupo, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços do Grupo as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado e as demonstrações orçamentais consolidadas do ano de 2025. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva, e onde concluímos que o Relatório de Gestão Consolidado não contém as divulgações aplicáveis ao subsetor da administração local, prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas, o Relatório de Gestão Consolidado e as demonstrações orçamentais consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços do Município de Matosinhos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 25 de junho de 2026



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739